

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e
Caribe

Bolsista: Giovana da Silva Gouvêa

Linha de Pesquisa: Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

Período de Coleta: 01 de setembro de 2023 até 30 de setembro de 2023

Data da notícia: **01/09/2023**

Título: CNDH alerta para ‘execuções sumárias’ e pede o fim imediato de operação no Guarujá

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/justica/cndh-alerta-para-execucoes-sumarias-pede-o-fim-imediato-de-operacao-no-guaruja/>

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos, órgão ligado ao governo federal e composto por representantes da sociedade civil, pediu que a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) determine “o fim imediato” da Operação Escudo no litoral de São Paulo, deflagrada após a morte de um policial da Rota e responsável pela morte de 24 pessoas.

A recomendação do CNDH consta de relatório enviado ao governo estadual nesta sexta-feira 1º. No documento, o órgão aponta “graves excessos no uso da força e execuções sumárias com disparo de armas de fogo” durante as ações policiais.

O relatório juntou relatos de ao menos 11 moradores do Guarujá e de Santos, que destacam a truculência das abordagens. De acordo com o órgão, algumas pessoas afirmam ter ouvido de alguns policiais que pessoas com antecedentes criminais iriam “para a vala”. Outros disseram ter visto os agentes mandando moradores ficarem em casa enquanto eles levavam as vítimas às vielas onde seriam executadas.

As histórias ainda dão conta de uma espécie de “batismo” de militares novatos na Rota: os policiais mais experientes mandavam esses agentes matarem pessoas já detidas e depois comemoravam o feito. As violações, de acordo com o CNDH, também incluem a invasão de residências sem ordem policial e a presença de PMs mascarados e sem identificação.

A operação no Guarujá, na Baixada Santista, é alvo de denúncias de parentes de pessoas mortas, que relatam excessos, agressões e prática de tortura por agentes. A conduta dos policiais na ação, considerada a mais letal desde o Massacre do Carandiru, em 1996, é investigada pelo Ministério Público.

A Defensoria Pública do estado já pediu o “fim imediato” da intervenção policial na região e defendeu que todos os agentes envolvidos nas mortes de civis fossem afastados temporariamente. Por ora, a operação não tem data para terminar.

Além do fim da operação, o relatório do CNDH ainda solicita a adoção de tratamento psicológico e psiquiátrico aos familiares das vítimas de violência. Requer também explicações sobre o plano de ação da Operação Escudo.

Os pedidos do órgão também incluem ações dos Ministérios da Justiça, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos para reduzir a letalidade policial em todo o país e fortalecer o Programa Estadual de Proteção de Vítimas e Testemunhas.

Data da notícia: **02/09/2023**

Título: Plano Brasil sem Fome: como vai funcionar o novo programa do governo federal

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/02/plano-brasil-sem-fome-como-vai-funcionar-o-novo-programa-do-governo-federal>

Fortalecimento do novo Bolsa Família, busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade e incentivo à capacitação profissional e inclusão produtiva: estas são algumas estratégias elencadas pelo governo federal no Plano Brasil Sem Fome. A expectativa é tirar o país do Mapa da Fome até 2030.

Mais de 80 ações e programas foram reunidos em uma articulação nacional para combater a insegurança alimentar e a carestia no Brasil. O projeto tem mais de 100 metas para garantir redução da pobreza, alimentação adequada e mobilização social.

Para levar alimentos às famílias, o Plano também vai atuar no reforço da produção, com incentivos para a agricultura familiar, fomento rural, formação de estoques e políticas para a agroecologia.

A ideia é incentivar também a mobilização em torno do combate à fome, com mais participação social e de movimentos populares. Governos estaduais e municipais também terão papel primordial.

Para identificar e monitorar a população afetada pela fome, a iniciativa vai usar dados do Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa/InSAN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Protocolo Brasil Sem Fome.

A produção de informações, relatórios, indicadores e resultados ficará a cargo de um comitê gestor, com controle social garantido pela participação do Conselho Nacional de Saúde (Consea).

Já as articulações com estados, municípios, entes federativos e movimentos populares serão executadas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O planejamento prevê a realização de caravanas contra a fome e estratégias conjuntas.

Data da notícia: **03/09/2023**

Título: Três pessoas são baleadas em comunidade tradicional no norte da Bahia; Comissão Pastoral da Terra denuncia tentativa de grilagem

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/03/tres-pessoas-sao-baleadas-em-comunidade-tradicional-no-norte-da-bahia-comissao-pastoral-da-terra-denuncia-tentativa-de-grilagem>

Um ataque a tiros feriu três moradores de comunidades tradicionais do território de Angico dos Dias, em Campo Alegre de Lourdes (BA), no último sábado (02). Segundo a Comissão

Pastoral da Terra (CPT), duas vítimas são moradoras da região, e a outra é um agente da CPT da Diocese de Juazeiro (BA).

Segundo a entidade, um dos atingidos pelos disparos passou por cirurgia neste domingo (3) e segue em recuperação na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). As outras duas pessoas já receberam alta.

As comunidades atribuem o atentado a um grileiro da região. A Polícia Civil investiga se os crimes estão ligados a conflito de terra.

Ainda na quarta-feira (30), o Fórum de Entidades Populares de Campo Alegre de Lourdes publicou uma carta denunciando uma tentativa de grilagem de terras na região.

No texto, a entidade afirma que "há seis dias, os/as trabalhadores/as rurais estão convivendo com pessoas estranhas em seu território, seguranças particulares armados e ameaças constantes".

A área onde teria ocorrido a invasão fica na divisa com os municípios de Caracol e Guaribas (PI), a cerca de 700 metros da PI-470 e próxima ao Parque Nacional Serra das Confusões.

De acordo com dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra, mais 70% do território tradicional das comunidades de Angico dos Dias é ameaçado por processos de grilagem.

As famílias camponesas da região ocupam tradicionalmente o território há mais de 150 anos e são considerados povos de Fundo e Fecho de Pasto.

Esse modo de vida é exclusivo da Caatinga e se caracteriza pelo uso comunitário da terra e a tradição secular de criar os animais soltos. São contabilizadas mais de mil comunidades tradicionais, todas na região Norte e Oeste da Bahia.

As comunidades têm, também, como característica o uso comunitário da terra por meio da agricultura familiar e mantendo tradições herdadas dos seus antepassados, a exemplo das manifestações culturais e religiosas.

Data da notícia: **06/09/2023**

Título: Brasil resgata 2 mil trabalhadores em condição de escravidão no primeiro semestre de 2023.

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-resgata-2-mil-trabalhadores-em-condicao-de-escravidao-no-primeiro-semester-de-2023/>

O Brasil resgatou, no primeiro semestre de 2023, 2.077 pessoas trabalhando em condições análogas à escravidão. Os dados foram divulgados pelo governo federal nesta terça-feira 5.

Ao todo, informa o Ministério do Trabalho, já foram pagos 3 milhões de reais em verbas rescisórias e 2 milhões em danos morais. “O valor total será maior, pois muitos pagamentos ainda estão em processo de negociação com os empregadores ou serão judicializados”, acrescenta a pasta.

Mais de 500 resgates em agosto

Ações de fiscalização realizadas em agosto de 2023 em todo o país resultaram no resgate de 532 trabalhadores em condições análogas à escravidão. A Operação Resgate III é uma ação conjunta de combate ao trabalho análogo à escravidão, resultado de parceria entre seis órgãos: Polícia Federal (PF), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Os estados com mais pessoas resgatadas no mês foram Minas Gerais (204), Goiás (126), São Paulo (54), Piauí (42) e Maranhão (42). Na área rural, as atividades com maior número de vítimas foram o cultivo de café, de alho, batata e cebola. Na área urbana, os maiores resgates foram em restaurantes, oficinas de costura, construção civil e trabalho doméstico.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, diz que o objetivo da operação é provocar a sociedade e o empresariado brasileiro de todos os segmentos sobre a questão dos direitos trabalhistas “Não é possível que a gente continue tendo empresas, instituições e pessoas físicas que coloquem o seres humanos sujeitos ao trabalho análogo à escravidão. É uma agressão aos direitos humanos, é inaceitável e precisamos dar um basta nisso”..

Em relação à operação realizada no ano passado, houve um aumento de 57,8% no número de trabalhadores resgatados.

Pressão

Segundo o ministro Marinho, nos últimos anos houve uma pressão para “relaxar” as fiscalizações. “Houve uma queda superficial e agora foi registrado um crescimento, pelas ações que nós voltamos a dar todo o apoio político para as fiscalizações acontecerem. Queremos reduzir esse número, não porque paramos de fiscalizar. Vamos intensificar a

fiscalização, mas queremos também a adesão dos agentes econômicos para que não aconteça mais no Brasil”, diz Marinho.

Marinho aponta a reforma trabalhista e a terceirização do trabalho como responsáveis pelo trabalho escravo no Brasil. Segundo ele, é importante fortalecer os sindicatos e os acordos coletivos. “Somente em um ambiente de negociação fértil é que poderemos, de uma vez por todas, tirar essa situação das páginas do noticiário”.

Casos

A Operação Resgate encontrou 26 crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil, sendo que seis também estavam em condições análogas à escravidão. Também foram resgatados 10 trabalhadores domésticos, entre elas uma idosa de 90 anos que trabalhou por 16 anos sem carteira assinada em uma residência do Rio de Janeiro.

Em uma colheita do alho em Rio Paranaíba (MG), foram resgatados 97 trabalhadores, entre eles seis adolescentes, sendo que uma estava grávida.

Além de trabalharem sem carteira assinada e sem equipamentos de proteção, no ambiente de trabalho não havia banheiro suficientes, local para aquecimento da alimentação e cadeiras para os empregados se sentarem.

Operação

A operação foi realizada em 22 estados e no Distrito Federal e contou com mais de 70 equipes de fiscalização, que participaram de 22 inspeções.

Além do resgate de trabalhadores, a operação tem o objetivo de verificar o cumprimento das regras de proteção ao trabalho, permitir a coleta de provas para responsabilizar, na esfera criminal, os responsáveis pela exploração dos trabalhadores e assegurar a reparação dos danos individuais e coletivos causados.

Data da notícia: **07/09/2023**

Título: Inelegível, Bolsonaro ainda pode ser condenado por abusos e golpismo no 7 de Setembro

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/inelegivel-bolsonaro-ainda-pode-ser-condenado-por-abusos-e-golpismo-no-7-de-setembro/>

O governo Lula tenta conferir ao 7 de Setembro deste ano uma aura institucional ignorada por Jair Bolsonaro. Ao longo de seu mandato – especialmente nos últimos dois anos –, o ex-capitão buscou se apropriar das celebrações da independência com objetivos políticos e entrou na mira da Justiça.

São quatro os processos em tramitação no Tribunal Superior Eleitoral que envolvem o Bicentenário da Independência, comemorado no ano passado. Bolsonaro e seu então candidato a vice-presidente, o general Walter Braga Netto, são acusados de abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação.

O argumento é que a dupla utilizou os eventos para “promoção abusiva e ilícita” de suas candidaturas.

Em julho, o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves, determinou a prática de atos conjuntos em três Ações de Investigação Judicial Eleitoral e uma Representação Especial sobre o 7 de Setembro de 2022.

As Aijes foram protocoladas pela coligação de Lula, pelo PDT e pela então candidata à Presidência Soraya Thronicke (União). A reclamação também é de autoria de Thronicke.

Entre outros pontos, as peças apontam as seguintes práticas:

- emprego de recursos públicos na cerimônia;
- desvio de finalidade das comemorações do Bicentenário da Independência;
- reprodução de imagens de atos de chefe de Estado em propaganda eleitoral;
- uso de servidores da União em benefício da campanha eleitoral.

“O senhor Jair Messias Bolsonaro, ao promover ato de campanha no desfile cívico do dia 07/09/2022, utilizando-se de seu poder político, beneficiou-se sobremodo da conduta ilícita, pois auferiu dividendos eleitorais através da realização e difusão do ato ora questionado, de modo a abalar a normalidade e a legitimidade do pleito”, diz a peça apresentada pelo PDT um dia depois do Bicentenário da Independência.

No ano passado, Bolsonaro participou de atos do 7 de Setembro em Brasília e no Rio de Janeiro. Na capital fluminense, ele usou uma manifestação para pedir votos. “Tenha certeza

de que teremos um governo muito melhor com a nossa reeleição, com a graça de Deus”, disse, em dado momento do ato no Rio.

Em Brasília, horas antes, ele havia assistido ao tradicional desfile cívico-militar em uma das vias da Esplanada dos Ministérios. Logo depois, foi para a via ao lado, onde bolsonaristas promoviam uma manifestação em defesa do governo, e também pediu votos.

“A vontade do povo se fará presente no próximo dia 2 de outubro. Vamos todos votar, vamos convencer aqueles que pensam diferente de nós, vamos convencê-los do que é melhor para o nosso Brasil”, afirmou o então presidente.

Um ano antes, no 7 de Setembro de 2021, Bolsonaro havia atingido o ápice de suas ameaças golpistas.

Pela manhã, em discurso a apoiadores em Brasília, manteve o tom de intimidação aos ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

“Ou o chefe desse Poder enquadra o seu, ou esse Poder pode sofrer aquilo que nós não queremos, porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada Poder desta República”, disparou. Ainda disse que “juramos respeitar a nossa Constituição” e que “quem age fora dela se enquadra ou pede para sair”.

A violência no discurso se tornou ainda mais explícita horas depois, quando Bolsonaro voou até a capital paulista para reiterar as ameaças e os ataques ao Poder Judiciário, com ofensas direcionadas a Moraes.

“Não se pode permitir que um homem apenas turve a nossa liberdade. Dizer a esse ministro que ele tem tempo ainda para se redimir, tem tempo ainda para arquivar seus inquéritos. Sai, Alexandre de Moraes, deixa de ser canalha, deixa de oprimir o povo brasileiro, deixa de censurar”, afirmou o então presidente.

Não satisfeito, ele também estimulou a desobediência a decisões do STF.

“Nós devemos, sim, porque eu falo em nome de vocês, determinar que todos os presos políticos sejam postos em liberdade”, declarou. “Dizer a vocês que qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele tem tempo para pedir seu boné e ir cuidar da sua vida. Ele, para nós, não existe mais.”.

É improvável que a Justiça condene Bolsonaro por suas agressões verbais registradas em 2021, mas o discurso de rompimento da ordem democrática pode ser lembrado em uma eventual responsabilização pelo 8 de Janeiro.

O ex-presidente é alvo de um inquérito da Procuradoria-Geral da República para determinar se ele foi um dos instigadores dos ataques às sedes dos Três Poderes no início do governo Lula.

Bolsonaro já foi condenado pelo TSE a oito anos de inelegibilidade devido à reunião com embaixadores em julho de 2022 na qual repetiu notícias falsas sobre o sistema eleitoral e atacou instituições. Portanto, uma condenação por sua conduta no 7 de Setembro poderia ter como principal efeito prático uma punição a Braga Netto, absolvido no episódio dos diplomatas estrangeiros.

Além disso, caso o TSE responsabilize Bolsonaro por abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação no Bicentenário da Independência, os recursos que o ex-presidente planeja apresentar para recuperar sua elegibilidade podem se enfraquecer.

A defesa de Bolsonaro alega que ele não tentou se apropriar das cerimônias oficiais e não proferiu discursos nesses atos, apenas em manifestações de apoiadores. A tentativa de confundir e misturar eventos de Estado e compromissos de campanha, porém, entrou na mira dos autores das ações levadas ao TSE.

Data da notícia: **08/09/2023**

Título: Governo Lula anuncia auxílio de R\$ 800 por desabrigado em municípios atingidos por ciclone

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-lula-anuncia-auxilio-de-r-800-por-desabrigado-em-municipios-atingidos-por-ciclone/>

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), destacou nesta sexta-feira 8 que o governo federal está empenhado em mitigar os estragos causados pelo ciclone que deixou mais de 40 mortos no Sul do país. Ele anunciou o envio de recursos para ajudar na recuperação dos municípios atingidos.

“A partir de hoje, o governo está liberando R\$ 800 por pessoa. Isso é para a prefeitura. O critério é por pessoa atingida de cada município, mas o dinheiro vai ser transferido para o município, para ajudar os municípios a atenderem as famílias desabrigadas”, afirmou.

De acordo com o último boletim da Defesa Civil, o ciclone atingiu 85 municípios e deixou ao menos 46 pessoas desaparecidas. Cerca de 41 mortes foram confirmadas. As buscas entraram no seu quinto dia.

As medidas foram anunciadas após reunião entre ministros do governo Lula em Brasília, nesta sexta-feira 8. Entre as medidas está ainda o envio de kits com medicamentos para 15 mil pessoas, pelo Ministério da Saúde, e 20 mil cestas básicas. Cerca de 450 militares do Exército, Marinha e Aeronáutica também foram disponibilizados para atuar no auxílio aos municípios.

Os primeiros kits com alimentos serão entregues neste domingo, durante a visita de Alckmin ao Rio Grande do Sul. De acordo com o presidente, o Ministério das Comunicações “está trabalhando para que até o fim de hoje todos os municípios tenham sua comunicação restabelecida”.

Ao longo do dia, Alckmin deve ter mais reuniões para tratar sobre a crise. Agora, os ministérios envolvidos vão elaborar novas ações. Ao mesmo tempo, o governo aguarda o envio pelo governo do Rio Grande do Sul de uma lista de necessidades.

“Os dez ministérios estão levantando todas as demais medidas que serão necessárias e estamos recendo do governo do Rio Grande do Sul as necessidades que eles levantaram. No domingo na região serão anunciadas as demais medidas”, acrescentou o presidente em exercício.

Estado de calamidade

Na quarta-feira, Lula conversou por telefone com o governador gaúcho Eduardo Leite (PSDB) sobre a crise no estado. Depois, os ministros Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação) e Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) sobrevoaram as áreas castigadas pelo ciclone.

Além disso, o governo federal também reconheceu o estado de calamidade em 79 municípios do Rio Grande do Sul – a medida agiliza os repasses de recursos do governo para o atendimento às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais.

Pelas redes sociais, Lula – que está em viagem oficial a Índia, onde participa da cúpula do G-20 – reforçou os esforços do governo para ajudar no auxílio aos municípios.

Data da notícia: **11/09/2023**

Título: Bolsonaro estava envolvido até os dentes com tentativa de golpe, diz Lula ao comentar delação de Mauro Cid

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-estava-envolvido-ate-os-dentes-com-tentativa-de-golpe-diz-lula-ao-comentar-delacao-de-mauro-cid/>

O presidente Lula (PT) avaliou, nesta segunda-feira 11, que a delação de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), poderá contribuir para provar que o ex-presidente estava ‘envolvido até os dentes’ com uma tentativa de golpe no Brasil.

“Eu acho que ele tá altamente comprometido. A cada dia vai aparecendo as coisas, e a cada dia nós vamos ter certeza de que havia a perspectiva de golpe e que o ex-presidente estava envolvido nela até os dentes”, afirmou durante coletiva de imprensa nesta segunda-feira 11.

Apesar da breve avaliação, Lula disse não poder fazer comentários mais profundos sobre o tema por não conhecer os termos da delação, nem o teor do depoimento de Cid. “Só sei que o delegado ouviu e o coronel prestou depoimento. O resto é especulação”.

A delação de Cid foi homologada no sábado 9 pelo Supremo Tribunal Federal. Na decisão, proferida pelo ministro Alexandre de Moraes, foi determinado também que o tenente-coronel fosse afastado do Exército. Cid, que estava preso desde maio por participação em um esquema de fraude em cartões de vacinação, foi solto com medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica.

Para Lula, a delação de Cid tende também a deixar ‘ainda mais claro’ que ‘Bolsonaro responsável por parte das coisas ruins que aconteceram’.

“É isso que vai ficar claro, o tempo vai se encarregar. A única chance que ele tinha de não participar disso é quando ele estava preocupado em vender as joias”, comentou o brasileiro na coletiva concedida na Índia, onde participa da reunião do G20.

Data da notícia: **13/09/2023**

Título: Governo Tarcísio marca evento para iniciar entrega de terras griladas a latifundiários

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/13/governo-tarcisio-marca-evento-para-iniciar-entrega-de-terras-griladas-a-latifundiarios>

Em Presidente Prudente, interior de São Paulo, começará, nesta quinta-feira (14), a entrega de terras griladas para grandes latifundiários do estado. O evento, produzido pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), terá a presença do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A expectativa é que o governo confirme a entrega de 10 mil hectares de terras, conforme permitido pela Lei 17.557, resultado da aprovação do projeto que ficou conhecido como PL da Grilagem. Essa área representa 33 fazendas, que desde o ano passado aguardam a comercialização das terras que confessam ocupar ilegalmente, já que são devolutas.

Em entrevista ao Brasil de Fato, em agosto deste ano, Yamila Goldfarb, doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e integrante da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), explicou o preceito constitucional das terras devolutas. "Essas terras têm um preceito constitucional a cumprir: toda terra devoluta deve ser destinada à terra indígena, quilombola, unidade de conservação ou assentamentos da reforma agrária", disse.

As terras públicas foram vendidas pelo governo de São Paulo aos latifundiários com descontos de 78% a 90%. A estimativa é que o abatimento represente, em valores absolutos, R\$ 150 milhões.

A Lei 17.557 foi questionada pelo PT, em novembro de 2022, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF). A ministra Cármen Lúcia foi sorteada como relatora do processo.

No entanto, quase um ano depois, Lúcia mantém a ADI em sua gaveta. Embora tenha sinalizado que apresentaria o relatório em agosto deste ano, não apresentou o documento que forçaria o plenário do STF a dar um parecer sobre a constitucionalidade da Lei 17.557.

Enquanto assistem a morosidade de Lúcia, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) já declararam nos autos da ADI que consideram a lei paulista inconstitucional.

Data da notícia: **14/09/2023**

Título: Dor, indignação, saudade e muitas perguntas: morte de Marielle Franco e Anderson completa 5 anos e 6 meses

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/14/dor-indignacao-saudade-e-muitas-perguntas-morte-de-marielle-franco-e-anderson-completa-5-anos-e-6-meses>

Hoje, 14 de setembro de 2023, completam-se 5 anos e 6 meses desde que Marielle Franco e Anderson Gomes foram assassinados. Nesta data, em 2018, época em que o Estado do Rio de Janeiro estava sob intervenção federal, Marielle estava a caminho de casa quando foi brutalmente executada junto a seu motorista Anderson, no centro da cidade do Rio. Chegamos a esse marco resistindo bravamente com muita dor, indignação, saudade e muitas perguntas que continuam sem respostas: Afinal, quem mandou matar Marielle e por quê?

“Anderson trabalhava para sustentar sua família e deixou um filho, que tinha então um ano e meio de idade. Mari foi uma ativista e intelectual negra, bissexual, mãe, cria da favela da Maré, defensora dos direitos humanos, parlamentar eleita pelo Psol em 2016, e que, ao longo de sua trajetória, lutou contra a violência policial e o genocídio da população negra”

O crime marcou a história política brasileira e mundial, demonstrando a fragilidade da democracia no nosso país, e levantou a importância do debate da violência política de gênero e raça, da violência letal LGBTfóbica e do ataque a defensores de direitos humanos no Brasil. Como uma resposta ao assassinato de Mari, a família da vereadora criou, em 2019, o Instituto Marielle Franco para inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LBTQIA+ e

periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário, e para que mais mulheres negras e faveladas ocupem a política e não sejam interrompidas.

Ao longo desses anos, ocorreram inúmeras mudanças no comando das investigações, obstruções e vazamentos de informações. Tal cenário traduz a dificuldade estrutural de acesso à justiça por parte de familiares de mulheres negras e, em especial, defensoras de direitos humanos vítimas da violência do Estado, além da negligência e da impunidade estrutural em casos de crimes contra a vida de defensores de direitos humanos.

“Recentemente, temos observado um aumento gradual da representação de mulheres negras, cis e trans, na política institucional. Porém, esse progresso ainda ocorre de forma limitada, e a violência política de gênero e raça, que nos tirou Marielle, é uma das principais razões para essa representatividade ainda insuficiente.”

Após a morte de Marielle, houve um crescimento de casos de violência política contra mulheres negras cis e trans e defensoras de direitos humanos, historicamente subrepresentadas, o que mobilizou o Instituto Marielle Franco a organizar a campanha permanente Não Seremos Interrompidas, plataforma através da qual, junto a outras organizações da sociedade civil, lutamos por proteção e segurança para mulheres negras, LBTQIA+ e periféricas que se disponibilizam a ocupar a política. Vale notar ainda que, nos estados do Norte e Nordeste do país, a violência política de gênero e raça que ocorre contra candidatas, militantes e parlamentares recebe ainda menos destaque em âmbito nacional.

Temos acompanhado casos de violência política contra mulheres negras, cis, trans e travestis, e levado essas questões a foros nacionais e internacionais. Atuamos para que o que aconteceu com Mari não se repita, afinal alcançar justiça por Marielle significa que o Estado, dentre outras medidas, deve implementar aquelas capazes de alterar as circunstâncias estruturais que promoveram e deixaram de evitar que violações de direitos humanos como esta se concretizasse. Como resultado dessa nossa frente de luta, juntamente a outros esforços da sociedade, em 2021 foi aprovada a primeira Lei de Violência Política, contudo, ainda é necessária a estruturação de uma política pública nacional de prevenção e proteção contra a violência política de gênero e raça.

Também criamos o Comitê Justiça por Marielle e Anderson, articulação das famílias de Marielle e Anderson, liderada pelo Instituto Marielle Franco, com o mandato da vereadora Mônica Benício, e com as organizações Anistia Internacional Brasil, Justiça Global, Coalizão Negra por Direitos e Terra de Direitos, no intuito de lutar por justiça no caso.

Este ano, este Comitê realizará o Seminário Internacional 5 anos de luta por Justiça por Marielle e Anderson, o qual acontecerá nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2023, próximo à data em que se completam 2000 dias do brutal assassinato de Marielle Franco e tem como objetivo conectar juristas, organizações da sociedade civil, defensores de direitos humanos e outros atores do sistema de justiça nacional e internacional para o compartilhamento de ideias e experiências e debater temas ligados ao caso Marielle e Anderson a partir de perspectivas latinoamericanas e decoloniais, da Criminologia Crítica, do uso emancipatório do Direito e da luta por justiça em casos de crimes contra a vida de defensores de Direitos Humanos na América Latina, estimulando reflexões críticas, estratégias de solidariedade internacional e o enfrentamento a violência política.

“Contaremos com a presença de acadêmicos, juristas, defensores de direitos humanos, organizações da sociedade civil, representantes de autoridades públicas do Brasil e de outros países da América Latina, nomes como Thula Pires, Jurema Werneck, Achille Mbembe, Anielle Franco, Marinete Silva, Agatha Arnaus, Monica Benício e tantos outros que ecoam o nosso grito por justiça”.

Queremos destacar ainda que vamos poder ouvir Claudelice da Silva Santos, do Pará, defensora de direitos humanos que luta por justiça após o assassinato de seu irmão, José Claudio Ribeiro dos Santos, e de sua cunhada, Maria do Espírito Santo, em 2011. Claudelice denunciou violações de direitos humanos resultantes de grilagens, exploração ilegal de madeira e crimes contra o meio ambiente. Também participará do evento Mirtes Renata Santana de Souza, que luta por justiça por seu filho Miguel Otávio, e é estudante de Direito, assessora parlamentar e militante da Articulação Negra de Pernambuco-ANEPE.

“Contaremos com a presença de Ana Paula Oliveira, mulher negra, cria da favela de Manguinhos, mãe de Johnatha de Oliveira Lima, vítima letal da violência policial no Rio de Janeiro, formada em Pedagogia, Defensora de Direitos Humanos, cofundadora e coordenadora do movimento Mães de Manguinhos. O seu grito inspira muitas Mulheres Negras a se levantarem contra o genocídio do povo negro nas favelas e periferias do Brasil. Também estará conosco Bertha Zúniga, de Honduras, que é uma ativista social, filha da líder social Berta Cáceres, assassinada em 2016.”

A luta por justiça por Marielle e Anderson se reconhece na dor do luto e na resistência da luta destes e de tantos outros casos de violência política de gênero e raça e crimes contra a vida de defensores de direitos humanos na América Latina. Acreditamos que Marielle deve ser lembrada, principalmente, e acima de tudo, por sua mobilização em prol da dignidade e contra as injustiças. E não por um crime sem respostas. Por isso, convidamos todas as pessoas a

se somarem a essa luta. No seminário, ergueremos nossas vozes para que na América Latina nossas trajetórias não sejam interrompidas!

Data da notícia: **14/09/2023**

Título: Lula sanciona auxílio-aluguel para vítimas de violência doméstica

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lula-sanciona-auxilio-aluguel-para-vitimas-de-violencia-domestica/>

O presidente Lula sancionou nesta quinta-feira 14 uma lei a garantir, por até seis meses, o pagamento de auxílio-aluguel a vítimas de violência doméstica.

O projeto, aprovado pelo Congresso Nacional em agosto, altera a Lei Maria da Penha e insere esse direito entre as medidas protetivas. O pagamento beneficiará mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica e que precisam se afastar de casa.

A lei não fixa valores, mas define que o auxílio seja concedido por um juiz e financiado por estados e municípios por meio do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS.

A proposta foi sancionada em uma cerimônia fechada no gabinete da Presidência da República.

“É mais um instrumento dentro da Lei Maria da Penha que vem garantir mais direitos para as mulheres”, afirmou Maria Helena Guarezi, secretária-executiva do Ministério das Mulheres. “Elas não podem ficar no mesmo espaço onde estão os homens violentando. E muitas vezes as mulheres não têm para onde ir. Às vezes elas vão para a casa de um parente, mas não podem ficar, não tem espaço.”

Dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgados mostram que o feminicídio foi um dos crimes que mais cresceram no Brasil em 2022, na comparação com 2021. No ano passado, foram 1.437 casos registrados no Brasil, alta de 6,1% em relação aos 1.347 contabilizados no ano anterior.

Data da notícia: **16/09/2023**

Título: Preço da cesta básica cai em todo o país, mas continua alto no Distrito Federal, aponta Dieese

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/16/preco-da-cesta-basica-cai-em-todo-o-pais-mas-continua-alto-no-distrito-federal-aponta-dieese>

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), revelou que em agosto houve redução de preço em 16 das 17 capitais brasileiras analisadas e apenas em Brasília houve um aumento.

A cesta básica da capital federal teve um aumento de 0,35% em agosto e ficou em R\$ 689,98, sendo a sexta mais cara – atrás de Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RJ) e Campo Grande (MS).

A partir desse cenário, a CUT-DF realizou um debate virtual na noite desta quinta-feira (14), com o presidente da Central, Rodrigo Rodrigues, e a economista Mariel Angeli, técnica do Dieese. Na ocasião, eles debateram sobre diversos aspectos da formação do preço da cesta básica do DF, que é uma das mais caras do país, bem como os dados da última pesquisa, no qual apenas Brasília não registrou redução no preço dos alimentos.

“A situação econômica para os trabalhadores aqui do DF é muito complexa, porque trata-se de um lugar com um tipo de ocupação que é muito diferente das demais capitais do Brasil”, destacou Mariel.

Segundo ela, o DF tem uma disparidade de renda muito grande, com milhares de servidores públicos com melhores salários e outra parte da população com trabalhos na iniciativa privada formal ou informal com remuneração muito baixa.

“Os custos aqui são muito mais elevados que na maior parte das capitais”, disse a economista do Dieese para explicar a posição de Brasília com uma das cestas básicas mais caras do Brasil.

Rodrigo Rodrigues lembrou que apesar do aumento do salário mínimo real (acima da inflação) neste ano, a cesta básica do DF em R\$ 689,98 representa mais da metade desse valor.

“Esse é o valor que o trabalhador ou a trabalhadora precisa para fazer a alimentação básica. Então, isso é muito discrepante e tem um impacto muito grande na vida do trabalhador”, analisou Rodrigues, que também lembrou que este valor é estimado para a alimentação de uma pessoa, mas a maior parte das famílias são maiores.

Definição dos alimentos

De acordo com a economista Mariel Angeli a definição dos alimentos da cesta básica leva em consideração diversos estudos e a legislação brasileira. “A definição da cesta básica vem do decreto da criação do salário mínimo”, explicou, acrescentando que: “tem escrito [no decreto] que o salário mínimo tem que ser suficiente para lidar com as necessidades, dentre outras, da alimentação dos trabalhadores”.

A cesta básica pesquisada pelo Dieese considera 13 produtos: banana, tomate, arroz agulhinha, pão francês, feijão cariocinha, farinha de trigo, leite integral, carne bovina de primeira, batata, óleo de soja, café em pó, açúcar refinado e manteiga. Dentre esses produtos chama atenção a alta, ao longo de 12 meses no DF, dos preços da batata (14,81%) e do tomate (71,80%).

Agricultura Familiar

De acordo com Mariel Angeli, é importante investir na agricultura familiar como estratégia para redução do preço de alguns alimentos da cesta básica no DF, sobretudo porque a cidade tem posição geográfica que encarece a logística. “Temos um cinturão verde. Temos uma produção local, principalmente de Brazlândia que atende a economia local e diminui preços que seriam muito mais elevados”, observou a economista.

Data da notícia: **17/09/2023**

Título: Mulheres Tembé relatam perseguição e racismo em meio à 'Guerra do Dendê' no Pará

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/17/mulheres-tembe-relatam-perseguiacao-e-racismo-em-meio-a-guerra-do-dende-no-para>

Mainumy Tembé, 35 anos, perdeu a filha Maiuna há três meses, durante uma gravidez de risco. A liderança indígena da aldeia Pit w , no município de Tomé-Açu, no nordeste do Pará, vivia uma gesta o marcada por complica es decorrentes de pressão alta e outras comorbidades. Enquanto vive o luto de mãe, ela se organiza com seus parentes para lutar contra os impactos devastadores da Brasil BioFuels (BBF) nas terras indígenas.

"Já me disseram para passar no psicólogo, mas eu não tenho tempo para isso. Eu não sei como   o tratamento, falam que diminui a dor. Mas eu não sei se isso é possível", diz Mainumy Tembé.

Esse é um dos dramas pessoais de mulheres Tembé que se escondem em meio à "Guerra do Dendê", um dos mais graves conflitos por terra em curso no Brasil, que já deixou pelo menos cinco mortos e opõe indígenas e quilombolas   gigante do agronegócio BBF.

"Hoje eu olho pro meu filho e o abra o já me despedindo. Porque não se sabe se eu vou estar aqui amanhã. É assim a nossa vida hoje. A gente dorme de noite na aldeia e não sabe se a nossa aldeia vai ser invadida", conta Mainumy.

Enquanto multiplicam-se os casos de indígenas baleados por seguranças privados da empresa, aumenta o nível de estresse e sofrimento psicológico de mulheres que precisam conciliar tarefas domésticas, cuidados com filhos e anciãos e o medo de viver sob permanente ameaça.

"Eu são vou chorar mais à noite, quando eu vou deitar. E mal durmo pensando no que fazer amanhã. São mãe sabe o que é perder um filho. São resta a saudade. Nós vemos os parentes que morreram, parentes que estão no hospital. É tanta dor", diz Mainumy, sem conseguir evitar as lágrimas.

O Brasil de Fato ouviu três mulheres indígenas Tembé no município de Tomé-Açu (PA), que lideram comunidades indígenas fora de terras demarcadas e, por isso, mais suscetíveis   violência da pistolagem. Todas evitam sair sozinhas de casa e afirmam ter consciência de que podem ser as próximas a morrer.

A mãe de Mainumy, Deusalina Tembé, 64 anos, esconde o choro ao ouvir a filha falar a respeito da gravidez interrompida. Mas não consegue conter as lágrimas quando descreve seu cotidiano em meio aos graves impactos ambientais provocados pelas planta es de dendê da BBF.

"Antigamente, quando eu morava com meu pai, vivíamos uma vida tranquila. Nós dormíamos, nós acordávamos e íamos para a roça. Hoje em dia a mandioca não cresce mais, ela já nasce podre. As frutas também. E a gente vive só assustado, já não consegue mais dormir direito. Tudo por causa dessa maldita empresa [BBF]", narra Deusalina.

A ampliação de terras já demarcadas e a regularização de outras áreas indígenas é uma demanda dos indígenas há 30 anos. No início de agosto, a presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, afirmou aos Tembé que o órgão indigenista irá formar grupos de trabalho para averiguar cada pedido. Ela afirmou também que tem atuado em parceria com os órgãos de Segurança Pública e a Secretaria dos Povos Indígenas do Pará para que os envolvidos no ataque aos indígenas Tembé sejam identificados e responsabilizados.

Drones, câmeras e muros

"A nossa luta tocou em interesses dos grandes empresários, do grande agronegócio. E nos tirou a liberdade de ir e vir", resume Miriam Tembé, presidente da Associação Indígena Tembé Vale do Acará.

A líder Tembé também não sabe mais o que é dormir uma noite inteira. Para tentar diminuir a preocupação constante com seus filhos, netos e outros 30 moradores da comunidade l'ixing, mandou construir um muro de tijolos, separando a pequena aldeia da estrada e das fazendas de gado. Outro reforço foi a instalação de câmeras de segurança.

"Eu sou liderança, mas também sou humana. Eu tenho três filhos e quatro netos. A gente já vive assustado com qualquer barulho estranho. Não tem como a gente chegar em casa, deitar e dormir tranquilo", conta, resignada, Miriam Tembé.

Segundo Miriam, nem as câmeras e os muros são capazes de manter o perigo do lado de fora. Ela começou a notar drones sobrevoando a comunidade l'ixing.

"Vira e mexe, você olha para cima e vê o drone sobrevoando, noite e dia nos vigiando. [Monitorando] se nós estamos na nossa aldeia, se nós saímos, o tanto de gente que tem na nossa aldeia, se tem reunião ou não", relata.

Além de tudo, hostilidade na cidade

Enquanto estava grávida de Maiuna, Mainumy alugou uma casa na área urbana de Tomé-Açu (PA), no distrito de quatro bocas. Desde que a luta contra os impactos da BBF começou, ela diz sentir na pele racismo por parte de moradores da cidade.

"Antes nós éramos olhados com outro olhar. Não vou dizer que era com respeito. Eles nos achavam ingênuos. Quando perceberam que nós sabemos nos defender, já começaram aquelas palavras racistas", relata.

Nas redes sociais, Mainumy lê os comentários nas notícias que envolvem a BBF e os Tembé. E se depara com pessoas colocando à prova a identidade indígena dos Tembé. "Isso não é índio nem aqui nem na China", escreveu um internauta.

Ler as ofensas racistas faz Mainumy lembrar imediatamente do seu avô, que morava dentro da floresta e produzia farinha para vender nas propriedades rurais do entorno, muito antes da chegada da BBF. O saco de farinha, lembra Mainumy com orgulho, era carregado nas costas por seu avô.

"Eu pergunto para quem fala essas ofensas: quem é você? De onde você é? Você sabe sua origem? Eu sei da minha. E daqui eu não vou sair", diz Mainumy.

Outro lado

A BBF afirma que sua segurança privada atua em defesa da integridade dos seus funcionários, maquinário e instalações, contra "invasores" e "criminosos". Sustenta ainda que faz o "cultivo sustentável da palma no estado, exercendo a posse pacífica, justa e ininterrupta das áreas privadas da companhia".

Em relação ao uso de drones para vigilância, a BBF disse em nota que a acusação "não procede". "Além dos próprios indígenas admitirem não ter provas para tal acusação, o Grupo BBF reforça que não utiliza drones para monitoramento", escreveu a empresa.

Data da notícia: **19/09/2023**

Título: Casal de rezadores Guarani e Kaiowá é encontrado carbonizado no Mato Grosso do Sul

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/19/casal-de-rezadores-guarani-e-kaiowa-e-encontrado-carbonizado-no-mato-grosso-do-sul>

O casal de rezadores Guarani e Kaiowá, Sebastiana Gauto e Rufino Velasque, foi encontrado morto e carbonizado na casa onde viviam nesta segunda-feira (18), na aldeia Guassuty, no Mato Grosso do Sul (MS). O território fica na cidade de Aral Moreira (MS), que faz fronteira com o Paraguai. Imagens do incêndio durante a madrugada estão sendo divulgadas pelas redes de organizações indígenas.

"A *nhandesy* [rezadora] Sebastiana vinha recebendo várias ameaças de morte nos últimos anos, inclusive sendo chamada de 'feiticeira', com discursos coloniais recorrentes e reproduzidos no MS", afirmou em nota a Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá.

Na mesma segunda-feira (18), um suspeito de ser o autor do assassinato das lideranças espirituais foi preso. O homem de 26 anos tinha vínculo familiar com o casal. Segundo o *g1*, ele teria confessado o duplo homicídio, sem explicar a motivação.

A Polícia Civil do MS informou que "as investigações não apontam para crime de ódio". Já a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) diz que a "comunidade discorda da linha policial" que estaria investigando o caso como "crime passional".

Para a Kuñangue, o caso – cuja complexidade possivelmente cruza intolerância religiosa, machismo e a prática de incêndio, usada recorrentemente para tentar expulsar os indígenas de suas terras no MS - "não é apenas uma tragédia individual": "é também uma realidade violenta enfrentada por muitos rezadores e guardiões das ancestralidades indígenas Kaiowá e Guarani".

Pelas redes sociais, a ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara (PSOL) e a deputada federal Célia Xakriabá (PSOL) afirmaram que vão acionar o Ministério da Justiça, comandado por Flávio Dino (PSB), para apurar a situação.

"Tentaram queimar não somente a existência do povo Guarani Kaiowá, estão tentando queimar a voz da resistência dos povos indígenas", disse Célia Xakriabá. "Parem de tentar matar a nossa força espiritual".

O Ministério Público Federal (MPF-MS) disse que "aguarda mais informações da Funai e o avanço das investigações para averiguar eventual competência federal no crime cometido".

Padrões de violência

No último 18 de agosto, na cidade de Dourados (MS), casas de indígenas no *tekoha* [território tradicional, "lugar onde se é", em guarani] Avae'te também foram incendiadas, mas ninguém se feriu. A área, reivindicada como tradicional pelo povo Guarani e Kaiowá, está sobreposta à Fazenda Boa União, do empresário e sojicultor Allan Christian Kruger. Os indígenas vêm reocupando o território nos últimos anos, principalmente desde 2018.

Em nota, a Aty Guasu, Grande Assembleia Guarani e Kaiowá, reivindicou "justiça e proteção contra as religiões que disseminam discursos de ódio contra nossos líderes espirituais. Todas as *nhandesy* e lideranças religiosas denunciam o arrendamento de terra indígena e por isso sofrem ameaça de morte".

Em dezembro de 2022, outra *nhandesy* foi morta no Mato Grosso do Sul. Estela Vera, do povo Ava Guarani, foi assassinada a tiros por dois homens e, aos 67 anos, tombou na frente do filho no *tekoha* Yvy Katu, terra que ela defendia contra o arrendamento.

"Não é o mundo que precisa de solução", disse Estela Vera, certa vez, em uma entrevista à antropóloga Lauriene Seraguza: "somos nós que estamos fazendo tudo errado".

Data da notícia: **19/09/2023**

Título: Bolsa família libera pagamento para atingidos por ciclone no RS; confira lista de cidades

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/19/bolsa-familia-libera-pagamento-para-atingidos-por-ciclone-no-rs-confira-lista-de-cidades>

O governo federal liberou nesta segunda-feira (18) os pagamentos de setembro do programa Bolsa Família para todos os beneficiários moradores das cidades atingidas pelo ciclone extratropical que atingiu o Rio Grande do Sul. No total, serão 159,7 mil famílias beneficiadas, moradoras de 97 municípios. Confira a lista completa no fim deste texto.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) destacou que são adotadas medidas especiais em casos de emergência ou calamidade pública e que por isso as famílias das cidades onde houve maiores perdas não precisarão esperar pelo cumprimento do cronograma de pagamentos.

A liberação antecipada do pagamento vai valer por pelo menos dois meses. Com isso, todas as famílias beneficiárias que vivem nos municípios afetados receberam o valor do benefício no próximo dia 18 de outubro, independente do Número de Identificação Social (NIS). Caso a situação de calamidade se prolongue, será necessária uma nova solicitação por parte das prefeituras.

[...]

Outros estados

Os pagamentos de setembro do Bolsa Família para os outros estados já tiveram início, e vão seguir a programação original. Os valores são liberados a cada dia útil, de acordo com o algarismo final do NIS, conforme o calendário abaixo.

Têm direito ao benefício todas as famílias cuja renda por pessoa seja de no máximo R\$ 218 por mês. Esse cálculo é feito somando as rendas de todas as pessoas da casa e dividindo pelo número de pessoas.

Para receber, é preciso estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico), o que pode ser feito em posto de assistência social dos municípios, como as unidades do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). É preciso apresentar CPF ou título de eleitor.

As famílias inscritas no cadastro não receberão imediatamente o benefício. Todos os meses o programa identifica automaticamente as famílias que serão incluídas e que passarão a receber o valor.

Data da notícia: **21/09/2023**

Título: Em vitória para indígenas, STF barra tese do marco temporal para demarcação de terras

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/21/em-vitoria-para-indigenas-stf-forma-maioria-contr-a-aplicacao-da-tese-do-marco-temporal-para-demarcacao-de-terras.ghtml>

O Supremo Tribunal Federal (STF) barrou nesta quarta-feira (20) a aplicação da tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas.

O placar de 9 a 2 é uma vitória para indígenas, que são contra a tese do marco temporal.

A tese prevê que só podem ser demarcadas terras que já estavam sendo ocupadas por indígenas no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Esse entendimento deriva de uma interpretação do artigo 231 da Constituição, que diz:

- "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

O caso começou a ser deliberado em agosto de 2021.

Com o voto do ministro Luiz Fux, que abriu a sessão desta quinta, foi formada a maioria e consolidada a corrente que considera que fere a Constituição usar o marco temporal como critério na concessão de áreas aos povos originários.

Votaram nesta linha os ministros:

- o relator, Edson Fachin
- Alexandre de Moraes
- Cristiano Zanin
- Luís Roberto Barroso
- Dias Toffoli
- Luiz Fux
- Cármen Lúcia

- Gilmar Mendes
- Rosa Weber

Foram dois votos no sentido de validar o uso do marco temporal como um requisito objetivo para a concessão das áreas ao uso indígena:

- do ministro Nunes Marques;
- do ministro André Mendonça;

Indígenas são contra o marco temporal. Afirmam que a posse histórica de uma terra não necessariamente está vinculada ao fato de um povo ter ocupado determinada região em 5 de outubro de 1988.

Isso porque, dizem os indígenas, muitas comunidades são nômades e outras tantas foram retiradas de suas terras pela ditadura militar.

Voto que deu a maioria

O voto do ministro Luiz Fux consolidou a maioria contra o marco temporal, no início da 11ª sessão sobre o caso.

Fux salientou que a Constituição não é imune a interpretações. E que as terras indígenas, ainda que não demarcadas, precisam de proteção.

"Ainda que não tenham sido demarcadas, terras ocupadas devem ter a proteção do Estado, porque elas têm a proteção constitucional", afirmou.

'Dignidade de um povo'

A ministra Cármen Lúcia votou logo após Fux. Ela também foi contra o marco temporal. Ela ressaltou que o caso trata da "dignidade de um povo".

"Estamos a cuidar da dignidade étnica de um povo que foi dizimado, oprimido durante cinco séculos de história", afirmou a ministra.

"Todos os que cuidaram da matéria posta neste recurso reconheceram a impagável dívida que a sociedade brasileira tem com os povos originários", completou.

O que ainda deve ser analisado

O Supremo ainda deve analisar propostas de tese sobre a questão - sugestões que sintetizam os entendimentos da Corte sobre um tema.

Entre os pontos a serem definidos estão a indenização de não-índigenas que ocupam atualmente áreas dos povos originários e a compensação aos indígenas quando já não for mais possível conceder a área reivindicada.

Uma decisão dos ministros neste caso terá repercussão geral, ou seja, vai ser aplicada em casos semelhantes nas instâncias inferiores do Judiciário. Também vai orientar a demarcação a ser feita pelo Poder Executivo.

Data da notícia: **21/09/2023**

Título: Ministério Público de SP vai ao STF contra anulação de provas da Lava Jato

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/21/ministerio-publico-de-sp-vai-ao-stf-contr-a-anulacao-de-provas-da-lava-jato>

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) recorreu, nesta quarta-feira (20), da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, que anulou as provas obtidas por meio de acordos de leniência com funcionários da Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato.

O procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo, Mario Luiz Sarrubbo, que assina o recurso, pede que o ministro reconsidere a decisão de anular as provas ou leve o caso ao plenário do STF para a análise de todos os 11 magistrados.

Para Sarrubbo, a anulação das provas deveria recair somente sobre o processo contra o presidente Luiz Inácio Lula de Silva (PT), uma vez que foi a defesa do petista que entrou com pedido de *habeas corpus* solicitando a nulidade das provas.

“Ainda que admitido o manejo do remédio heroico constitucional no bojo da reclamação, com o trancamento de ofício da ação penal em face do reclamante, não há como se ampliar a concessão da ordem para atingir processos e investigações indistintas, em que não se tem conhecimento sequer dos fatos e sujeitos investigados”, diz um trecho do pedido.

Sarrubo afirma que as provas fazem parte de outras ações envolvendo a Odebrecht, “o que deixa patente o prejuízo impingido ao recorrente pela decisão do ministro do STF”.

Em 6 de setembro deste ano, Dias Toffoli anulou as provas com base nas investigações da Operação Spoofing, sobre as mensagens trocadas entre procuradores da Lava Jato e o ex-juiz Sergio Moro. Nas conversas, os integrantes do Ministério Público Federal e o atual senador acordavam os passos do processo.

Toffoli defendeu, nesse cenário, que a prisão de Lula foi uma “armação” e “um dos maiores erros judiciários da história do país”. “Tratou-se de uma armação fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado por meios aparentemente legais”, escreveu.

“O reconhecimento da referida imprestabilidade deve ser estendido a todos os feitos que tenham se utilizado de tais elementos, seja na esfera criminal, seja na esfera eleitoral, seja em processos envolvendo ato de improbidade administrativa, seja, ainda, na esfera cível”, defendeu Toffoli.

Isso não significa, no entanto, que todos os processos envolvendo as provas anuladas estão automaticamente arquivados. Para isso, o juiz de cada caso deverá analisar a existência de outras provas contaminadas.

O magistrado ainda determinou, na ocasião, à Procuradoria-Geral da República (PGR) e a outros órgãos a identificação dos “eventuais agentes públicos que atuaram e praticaram os atos relacionados” ao acordo de leniência e a adoção de “medidas necessárias para apurar responsabilidades, não apenas na seara funcional, como também nas esferas administrativa, cível e criminal”.

A determinação inclui o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério da Justiça, entre outros.

Data da notícia: **21/09/2023**

Título: Mauro Cid contou à PF que Bolsonaro recebeu minuta golpista de assessor e consultou militares sobre plano, diz site

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mauro-cid-contou-a-pf-que-bolsonaro-recebeu-minuta-golpista-de-assessor-e-consultou-militares-sobre-plano-diz-site/>

Em delação à Polícia Federal, o tenente-coronel Mauro Cid afirmou que seu antigo chefe, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), recebeu uma minuta golpista do então assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Filipe Martins, e se reuniu com o alto escalão das Forças Armadas para consultar militares sobre o plano proposto. As informações foram reveladas pelo site UOL nesta quinta-feira 21.

De acordo com a publicação, Cid diz ter participado das duas reuniões. A primeira delas, como citado, Martins entrega para Bolsonaro, em mãos, um decreto de anulação das eleições que também dava permissão ao ex-capitão para prender adversários. O encontro, relata o ex-ajudante de ordens, contou com a presença de um constitucionalista que Cid não soube nomear. Um padre do qual Cid também não se recorda do nome teria participado da reunião.

Bolsonaro, ao receber o documento, não teria expressado opinião, diz o site. Posteriormente, no entanto, o ex-presidente levou parte do conteúdo do documento para ser discutido com os comandantes das Forças Armadas. Segundo diz Cid, apenas o comandante a Marinha, almirante Almir Garnier, teria apoiado a ideia de golpe.

“O tenente-coronel relata uma movimentação errática de Bolsonaro a respeito do tema. Apesar de em alguns momentos dar sinais favoráveis a planos golpistas, ele não chegou a autorizar expressamente seus auxiliares a colocar algum plano desses em prática”, descreve o UOL. “Os diálogos com os generais não resultaram na execução das intenções golpistas”, completa.

A minuta em questão, importante dizer, pode ser a mesma encontrada na casa do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, já que o conteúdo descrito por Cid é praticamente o mesmo do documento encontrado por policiais na residência. Os investigadores, porém, ainda não chegaram oficialmente a essa conclusão e trabalham para esclarecer se, de fato, se trata do mesmo documento.

Procurado, Bolsonaro e o almirante Garnier, os citados por Cid na delação, não comentaram a revelação. Apenas o advogado João Manssur, que faz a defesa de Filipe Martins, olavista

que assessorava Bolsonaro, informou uma motivação para não comentar. Segundo o site, o advogado disse que não poderia se manifestar por não ter conhecimento do assunto e não estar constituído nos autos.

Data da notícia: **21/09/2023**

Título: Ativista do antipacitismo critica retrocessos legislativos: 'deficiência não é mercadoria'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/21/ativista-do-antipacitismo-critica-retrocessos-legislativos-deficiencia-nao-e-mercadoria>

O Brasil comemora o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência todo 21 de setembro. A celebração também é uma alerta para que o Estado e a sociedade permaneçam desenvolvendo estratégias de inclusão. Para falar sobre a importância política da data, o *Central do Brasil* entrevistou, nesta quinta-feira (21), a ativista Jéssica Borges, que tem ampla atuação nos debates sobre antipacitismo e tem se destacado na luta pela inclusão.

Jéssica acredita que, hoje, o principal desafio é resistir às ofensivas da extrema direita, que tem se apropriado das principais pautas das pessoas com deficiência e destacado uma visão equivocada sobre as políticas de inclusão. O principal campo de batalha entre estas ideias é o Legislativo, que tem pautado algumas medidas que representam retrocessos.

Uma destas iniciativas é o Projeto 3035/2020, que está em tramitação na Câmara dos Deputados e institui o Plano Nacional da Educação Inclusiva.

O PL é alvo de muitas críticas. A principal delas é que, embalado numa proposta inclusiva, acaba por ampliar a segregação entre os alunos e reforça o chamado modelo médico da deficiência.

"A gente entende que este PL é um arranjo de vários outros projetos que alteram a nossa base de legislação que a gente já tem hoje. Quando a gente diz que a deficiência não é mercadoria, é quando esse mercado usa a vulnerabilidade famílias, tira a responsabilidade do Estado e coloca a responsabilidade no colo dos pais", afirmou.

"Quem é que tem acesso à Justiça e bons advogados? Estamos discutindo um projeto que busca beneficiar uma parcela pequena de pessoas. A gente parte desse lugar que a deficiência não é mercadoria e de que os nossos direitos não estão em negociação. A gente vai fazer o necessário para defender o que a gente já tem", destacou.

Jéssica também comentou sobre os desafios de dar visibilidade para as pautas das pessoas com deficiência e dos riscos dessas bandeiras teriam sido apropriadas pela extrema direita no Brasil.

"A gente precisa se articular coletivamente. O que tem garantido os nossos direitos é o nosso poder de articulação. A direita e a extrema-direita se apropria dessa pauta. É o campo que domina, inclusive, essa pauta e está a frente nas tomadas de decisões. Mas essa visão vem de um campo assistencialista, de um campo pautado no modelo médico, que é um campo que visa consertar e curar pessoas com deficiência", concluiu.

[..]

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) teve uma audiência pública sobre os projetos de privatização do governo do estado. A gestão Tarcísio de Freitas quer privatizar a Sabesp, empresa responsável pela distribuição de água e pelo tratamento de esgoto, o Metrô e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Além dessa audiência pública, movimentos populares e sindicais estão fazendo um plebiscito popular sobre o tema.

Data da notícia: **22/09/2023**

Título: Bancada evangélica fala em ações para pressionar magistrados em julgamento sobre aborto

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bancada-evangelica-fala-em-acoes-para-pressionar-magistrados-em-julgamento-sobre-aborto/>

Integrantes da bancada evangélica comemoraram o pedido do ministro Luís Roberto Barroso para que o julgamento sobre o aborto ocorra no plenário presencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com deputados ouvidos pela CNN, o entendimento é que as chances de barrar a descriminalização aumentam. Por isso, eles já planejam medidas para pressionar publicamente a Corte, como ações nas redes e manifestações de rua.

Eles ficaram sob alerta diante do voto da ministra Rosa Weber, que, num voto bastante alentado, defendeu a retirada de punição às mulheres no caso de abortos realizados até a 12ª semana de gestação.

Os evangélicos se opõem à realização do aborto e enxergam no julgamento uma forma de flexibilizar a prática.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, 39 mil mulheres morrem todos os anos e milhões são hospitalizadas por causa de abortos inseguros.

Os parlamentares evangélicos dizem que a saída do caso do plenário virtual era amplamente esperada pela bancada, que vinha tentando enviar recados aos ministros sobre a importância de o debate ser aprofundado no plenário físico.

Agora, com a garantia de que o julgamento será presencial, eles já antecipam uma série de ações para dar visibilidade ao caso e pressionar os magistrados. Além de movimentar as redes sociais, a bancada fala em mobilizar manifestações de rua para elevar o tom contra a descriminalização.

Data da notícia: **22/09/2023**

Título: STF forma maioria para manter direitos políticos de Dilma

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/22/stf-forma-maioria-para-manter-direitos-politicos-de-dilma>

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria na quinta-feira (21) pela manutenção dos direitos políticos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) após o golpe que encerrou seu mandato por meio de um impeachment, em 2016.

Na ocasião, o então presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, que presidiu o processo de impeachment, decidiu que duas votações seriam realizadas: uma sobre a cassação do mandato e outra sobre os direitos políticos da ex-presidente.

Em seu voto, a atual presidente do STF, ministra Rosa Weber, relatou o caso e sustentou que não cabe ao Supremo mudar o formato da votação do impeachment e que as solicitações protocoladas não possuem requisitos processuais mínimos. Ela também ressaltou o caráter político da cassação e que o Supremo não deveria interferir na decisão do Senado.

"O impeachment tem assumido progressiva importância, e não apenas no Brasil. Conquanto se reconheça a relevância das questões formuladas nestes autos, tem-se, como óbices intransponíveis, a inviabilidade da repetição da votação, assim como da substituição judicial do mérito da decisão tomada pelo Senado Federal", argumentou.

Além de Weber, já votaram a favor de Dilma Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Dias Toffoli e Cristiano Zanin. O placar está em 6 a 0 e os demais ministros do Supremo devem inserir seus votos no sistema eletrônico até às 23h59 desta sexta-feira (22). Esta votação teve início no dia 15 de setembro e reúne 3 contestações sobre a manutenção dos direitos políticos de Dilma.

Relembre o caso

Dilma sofreu o processo de impeachment por supostas pedaladas fiscais, com a abertura de crédito sem autorização do Congresso Nacional. Este processo, aliás, foi arquivado pelo Tribunal Regional Federal (RF).

Depois do golpe, Dilma já foi candidata ao Senado por Minas Gerais, mas acabou não sendo eleita, em 2018. Hoje ela ocupa a presidência do Banco do Brics até 2025.

Data da notícia: **22/09/2023**

Título: Rosa Weber vota pela descriminalização do aborto até 12 semanas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/22/rosa-weber-vota-pela-descriminalizacao-do-aborto-ate-12-semanas>

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, votou a favor da descriminalização do aborto durante as 12 primeiras semanas de gestação. O caso havia sido pautado no plenário virtual nesta sexta-feira (22), mas um pedido de destaque apresentado pelo ministro Luís Roberto Barroso levou a ação para o plenário físico, ainda sem data para o julgamento.

A Corte julga a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) impetrada pelo PSOL e o Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero (Anis), que argumenta que proibir a interrupção da gravidez viola a dignidade humana das mulheres.

Em seu voto, Weber dá exemplos de estudos que mostram que a criminalização do aborto não é a política pública adequada sobre o tema. "A justiça social reprodutiva, fundada nos pilares de políticas públicas de saúde preventivas na gravidez indesejada, revela-se como desenho institucional mais eficaz na proteção do feto e da vida da mulher, comparativamente à criminalização."

A ministra ressaltou que a ilegalidade do procedimento amplia a discriminação contra as mulheres. "A criminalização perpetua o quadro de discriminação com base no gênero, porque ninguém supõe, ainda que em última lente, que o homem de alguma forma seja reprovado pela sua conduta de liberdade sexual, afinal a questão reprodutiva não lhe pertence de forma direta", diz a magistrada.

Atualmente, o aborto é legal no Brasil em apenas três casos: quando a gravidez é decorrente de estupro, a vida da gestante corre risco ou o feto tem diagnóstico de anencefalia. O fato de o aborto ser ilegal na maioria das situações, no entanto, não impede a sua prática. De acordo com o Instituto Anis, a cada ano cerca de um milhão de gestações são descontinuadas no país.

Weber assinalou que abortos inseguros e o risco aumentado da taxa de mortalidade revelam o impacto desproporcional da regra da criminalização da interrupção voluntária da gravidez. "Não apenas em razão do sexo, do gênero, mas igualmente, e com mais densidade, nas razões de raça e condições socioeconômicas", argumentou.

A ministra também sustentou que a visão sobre aborto que vigora hoje no Brasil não considera "a igual proteção dos direitos fundamentais das mulheres, dando prevalência absoluta à tutela da vida em potencial (feto)". Conforme a ministra, "a depender do estágio de desenvolvimento biológico do feto, diminui-se o interesse em sua proteção face à precedência da tutela dos direitos da mulher".

Portanto, diz Rosa, "a maternidade não há de derivar da coerção social fruto de falsa preferência da mulher, mas sim do exercício livre da sua autodeterminação na elaboração do projeto de vida".

Regra de 1940

No final de seu voto, a ministra destacou ainda que as mulheres eram excluídas da condição de "sujeito de direito" na década de 1940, data do Código Penal que criminalizou o aborto "de forma absoluta". "Não tivemos como participar ativamente da deliberação sobre questão que nos é particular, que diz respeito ao fato comum da vida reprodutiva da mulher", declara.

"A dignidade da pessoa humana, a autodeterminação pessoal, a liberdade, a intimidade, os direitos reprodutivos e a igualdade como reconhecimento, transcorridas as sete décadas, impõem-se como parâmetros normativos de controle da validade constitucional da resposta estatal penal", disse.

Weber também defendeu que o STF não pode "furtar-se ao dever de fazer valer a Constituição" diante de "ato do Poder Legislativo materializador de escolha política". Ela diz que o Legislativo, "ao sacrificar os direitos fundamentais das mulheres" que estão protegidos pela Constituição, "ingressa em terreno que lhe fora interditado".

Data da notícia: **22/09/2023**

Título: STF forma maioria para não suspender direitos políticos de Dilma Rousseff

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-forma-maioria-para-nao-suspender-direitos-politicos-de-dilma-rousseff/>

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria na noite de quinta-feira (21) para não suspender os direitos políticos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

O placar é de 6 votos a favor até o momento, com as manifestações de:

- Rosa Weber (relatora);

- Cármen Lúcia;
- Edson Fachin;
- Dias Toffoli;
- Cristiano Zanin;
- e Alexandre de Moraes.

Moraes acompanhou a relatora, mas acrescentou ressalvas em duas ações por entender que não há legitimidade dos partidos políticos que entraram com as ações contra Dilma solicitarem mandado de segurança coletivo.

O julgamento

A Suprema Corte avalia um conjunto de ações que questionam a manutenção dos direitos políticos Dilma depois do impeachment, concluído em agosto de 2016.

A petista continuou elegível mesmo depois da condenação pelo Senado Federal porque as votações foram fatiadas:

- uma para afastá-la definitivamente da Presidência
- e outra para decidir se ela perderia ou não seus direitos políticos.

Partidos e políticos acionaram o STF ainda na época do impeachment contra a decisão da Casa de manter os direitos políticos.

As ações foram movidas pelo senador Magno Malta (PL-ES), pelo ex-senador Álvaro Dias (Pode-PR), pelo deputado José Medeiros (PL-MT) e pelos partidos Rede, PSDB, PPS (agora Cidadania), MDB, PSL e Democratas (que hoje foram, juntos, o União Brasil).

Relatora das ações, a ministra e hoje presidente da Corte, Rosa Weber, negou, em setembro daquele ano, os pedidos para uma decisão liminar (provisória) que deixassem Dilma inelegível e impedida de ocupar cargo ou função pública.

Agora, os ministros analisam o mérito das ações. O caso é analisado em sessão do plenário virtual até as 23h59 desta sexta-feira (22).

No formato, os ministros apenas depositam seus votos no sistema virtual, sem precisar fazer a defesa oral no plenário da Corte.

Derrota após impeachment

Como a petista continuou elegível após o impeachment, já em 2018 ela se candidatou novamente. Disputou uma vaga no Senado por Minas Gerais, mas não se elegeu –ficou em 4º lugar. As cadeiras foram preenchidas por Carlos Viana (Podemos) e Rodrigo Pacheco (PSD), atual presidente da Casa.

A Constituição estabelece que o processo de julgamento do presidente da República por crime de responsabilidade no Senado é presidido pelo presidente do STF. Na época, o ministro Ricardo Lewandowski ocupava a função.

A norma diz que a condenação só poderá ser proferida se for obtido dois terços de votos da Casa, limitada à “perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis”.

Na sessão de julgamento de Dilma no Senado, em agosto de 2016, estava prevista inicialmente uma única votação para o impedimento e a perda de direitos políticos. O rito havia sido adotado no julgamento do ex-presidente Fernando Collor em 1992.

Duas votações

No comando da sessão, Lewandowski atendeu a pedido de destaque apresentado pela bancada do PT, o que levou à realização de duas votações.

Na primeira delas, os senadores decidiram pelo afastamento de Dilma por 61 votos a 20. A presidente foi responsabilizada pela edição de três decretos de créditos suplementar, sem autorização legislativa — as chamadas “pedaladas fiscais” —, e por atrasos no repasse de subvenções do Plano Safra ao Banco do Brasil, em desacordo a leis orçamentárias e fiscais.

Na segunda votação, Dilma garantiu a manutenção de seus direitos políticos. O placar mostrou 42 senadores contrários à presidente, mas 36 votaram pela manutenção dos direitos, e três se abstiveram. Para a inabilitação da presidente, seria necessária maioria absoluta — ou seja, ao menos 54 votos.

Data da notícia: **23/09/2023**

Título: Por marco temporal, bancada da bala se une à ruralista e promete aumentar pressão contra STF e governo

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/por-marco-temporal-bancada-da-bala-se-une-a-ruralista-e-promete-aumentar-pressao-contr-stf-e-governo/>

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derrubar a tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas, a bancada do agronegócio no Congresso Nacional foi atrás de apoio numa tentativa de mandar um recado à Corte.

Neste fim de semana, a Frente Parlamentar Segurança Pública, conhecida como bancada da bala, prometeu se juntar à causa. A promessa é que reuniões estratégicas, audiências públicas e debates sejam agendados para que se encontre “uma abordagem equilibrada e consensual sobre o marco temporal”.

As frentes parlamentares estão em conversas ainda com a bancada evangélica. “Acreditamos que, junto com a possível união da frente evangélica, temos condições de aprovar o marco temporal no Senado e também as emendas constitucionais que estão em tramitação na Câmara”, afirmou o presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, Alberto Fraga (PL-DF).

Na próxima quarta-feira (28), o projeto de lei já aprovado na Câmara deveria ser colocado em votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. No entanto, há uma pressão para que o texto, que considera o marco temporal, seja retirado de pauta, com o argumento de que seu objeto, o marco, é inconstitucional.

Sabendo disso, nos bastidores, parlamentares vêm ameaçando paralisar as votações de interesse do governo na Câmara e no Senado. O objetivo é mandar um recado ao STF de que a Corte estaria se intrometendo em assuntos que cabem ao Parlamento.

Paralelamente, o Palácio do Planalto deu sinal verde para que, no Senado Federal, seja aprovado um projeto de lei de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE). A ideia é que o substitutivo seja votado na semana que vem no lugar do texto que já tramita na CCJ.

Nesse novo texto, que não considera o marco temporal e por isso poderia ser aprovado, há previsão de indenização aos donos de fazendas que, eventualmente, tiverem as terras desapropriadas. Essa é uma das bandeiras da bancada do agronegócio e que ainda será discutida pelo STF.

O governo federal vem trabalhando nesse texto porque há um temor de que possíveis indenizações possam atrasar o trâmite demarcatório das terras para os povos indígenas.

Tanto que o substitutivo de Alessandro Vieira prevê indenização “ao particular que possui justo título de propriedade em área considerada necessária à reprodução sociocultural da comunidade indígena, a fim de que não seja prejudicado por uma titulação indevida do Estado”. Mas, o pagamento será “desatrelado do processo administrativo de demarcação”.

Data da notícia: **23/09/2023**

Título: Por decisão unânime, STF rejeita recurso e mantém direitos políticos de Dilma Rousseff

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/justica/por-decisao-unanime-stf-rejeita-recurso-e-mantem-direitos-politicos-de-dilma-rousseff/>

O Supremo Tribunal Federal rejeitou, por 10 votos a 0, recurso do PSL que buscava anular votação do Senado que manteve os direitos políticos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) após impeachment, em 2016.

O julgamento ocorreu no plenário virtual e e foi encerrado nesta sexta-feira 22, sem o voto do ministro Luís Roberto Barroso.

Os ministros seguiram o entendimento da relatora da ação, ministra Rosa Weber.

No voto, ela afirmou que não é possível ao STF tomar uma nova decisão sobre o caso e tampouco seria viável realizar uma nova votação.

Entenda o caso

Por decisão do Senado Federal, a ex-presidente não se tornou inelegível, o que seria uma consequência jurídica do processo de impedimento.

Na época, visando a aprovação do processo de impeachment, o Senado preferiu fatiar as votações, ficando a cargo dos congressistas determinar de forma separada o afastamento definitivo de Dilma do cargo e a perda de seus direitos políticos por 8 anos.

Os senadores votaram então pelo impeachment da petista, no entanto, negaram a sua inelegibilidade nos anos seguintes.

A autorização para fatiar os pedidos partiu o ministro aposentado da Corte, Ricardo Lewandowski, que presidia o julgamento.

Com a decisão, o rito do processo de impedimento da ex-presidente foi diferente daquele adotado para julgar Fernando Collor de Mello e abriu um precedente na jurisprudência nacional.

A decisão gerou uma discussão jurídica, dado que a perda dos direitos políticos é considerada como uma pena acessória do impeachment.

Ainda à época da conclusão do processo, em agosto de 2016, diversas ações foram protocoladas no STF para analisar a constitucionalidade do rito adotado e da decisão que manteve os direitos políticos da petista.

Em setembro daquele ano, a relatora das ações, ministra Rosa Weber, negou as medidas liminares dos pedidos que pretendiam deixar Dilma impedida de ocupar cargo ou função pública.

Data da notícia: **24/09/2023**

Título: MPF pede arquivamento de projeto que proíbe casamento homoafetivo

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mpf-pede-arquivamento-de-projeto-que-proibe-casamento-homoafetivo/>

O texto está em tramitação na Câmara dos Deputados. Em nota pública enviada à Casa na sexta-feira (22), a procuradoria avalia que negar a possibilidade de união civil homoafetiva significa dizer que os homossexuais teriam menos direitos que os heterossexuais, “criando uma hierarquia de seres humanos com base na orientação sexual”.

Para a procuradoria, esse entendimento seria contrário a preceitos constitucionais, como o da dignidade do ser humano e a proibição de qualquer forma de discriminação. “Essa ideia colide frontalmente com a essência da Constituição da República Federativa do Brasil, a qual busca estruturar uma nação em que a convivência entre os diferentes seja pacífica e harmônica”, diz a nota.

“Uma eventual aprovação desse projeto não significa apenas o Estado assumir que existe um modelo correto de casamento e que este modelo seria o heterossexual. Significa também dizer que o Estado reconhece as pessoas não heteronormativas como cidadãos e cidadãs de segunda classe, que não podem exercer todos os seus direitos, em função de sua orientação sexual”, destacou a procuradoria.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão citou dados do IBGE que apontam que, apenas em 2021, 9,2 mil casais de mesmo sexo formalizaram sua união estável em cartório. Caso o projeto se torne lei, o órgão do MPF alerta que novas uniões estarão vedadas ou não surtirão os efeitos legais desejados, “criando evidente e injustificado desequilíbrio entre pessoas homo e heterossexuais”.

Além disso, de acordo com a nota, a união civil é um ato voluntário e privado, “cuja essência é concretizar uma parceria entre duas pessoas para uma vida em comum”. “Nesse sentido, pouco importa a orientação sexual de quem está se unindo, e isso não diz respeito a toda coletividade, em um Estado democrático que garanta as liberdades fundamentais, em especial as dos indivíduos”, diz.

Na avaliação da procuradoria, o projeto tenta cercear o direito de escolha dos indivíduos, em situação que se refere eminentemente à esfera privada.

A votação do Projeto de Lei 5.167/2009 estava na pauta do dia 19 na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, mas foi adiada para a próxima quarta-feira (27). Pelo acordo entre as lideranças partidárias, antes de colocar o texto em votação, a comissão realizará uma audiência pública na terça-feira (26) para debater o tema.

Histórico

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo, assim, a união homoafetiva como núcleo familiar. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132.

Além disso, o STF entendeu que não há na Constituição um conceito fechado ou reducionista de família, nem qualquer formalidade exigida para que ela seja considerada como tal. Em 2013, o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) determinou que todos os cartórios do país realizassem os casamentos homoafetivos.

“A decisão do STF tratou de assegurar a equidade de tratamento entre casais hétero e homoafetivos. Permitiu a cônjuges homossexuais o estabelecimento de união civil por meio de contrato reconhecido pelo Estado, garantindo-lhes direitos como herança, compartilhamento de planos de saúde, direitos previdenciários e outros, já reconhecidos aos consortes heterossexuais”, explicou a procuradoria.

O texto em discussão na Câmara dos Deputados, de relatoria do deputado Pastor Eurico (PL-PE), pretende incluir no Artigo 1.521 do Código Civil o seguinte trecho: “Nos termos constitucionais, nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar”. Atualmente, o Artigo 1.521 enumera os casos em que o casamento não é permitido, como nos casos de união entre pais e filhos ou entre pessoas já casadas.

Na justificativa, o relator afirma que o casamento “representa uma realidade objetiva e atemporal, que tem como ponto de partida e finalidade a procriação, o que exclui a união entre pessoas do mesmo sexo”.

Para a procuradoria, o PL relativiza a laicidade do Estado brasileiro, ao se basear em argumentos fundados numa visão cristã do casamento, tido como instituição voltada à geração de descendentes. “A imposição de um viés religioso geral a escolhas particulares nos leva em direção a uma teocracia ou a totalitarismos, nos fazendo retroceder alguns séculos no tempo”, diz o documento.

Para o deputado Pastor Eurico, ao validar a união homoafetiva, o STF teria usurpado a competência do Congresso Nacional de regulamentar o tema. A procuradoria também rebateu o argumento avaliando que a Suprema Corte exerceu sua competência interpretativa do direito, ao firmar entendimento de que a citação expressa a homem e mulher na Constituição de 1988 decorreu da necessidade de se explicitar o patamar de igualdade de direitos entre as partes do casal.

Caso seja aprovado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em caráter conclusivo. Ou seja, não precisaria ir ao plenário em caso de nova aprovação, seguindo direto para apreciação do Senado. Só iria ao plenário se ao menos 52 deputados assinassem um recurso nesse sentido.

O ambiente na CCJ, no entanto, é menos favorável do que na comissão anterior, já que é presidido por Rui Falcão (PT-SP), da base governista e contrária ao projeto. E a ele cabe decidir quais projetos entram na pauta da CCJ.

Data da notícia: **25/09/2023**

Título: Aplicativos não serão obrigados a assinar carteira dos entregadores, diz Lula

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/aplicativos-nao-serao-obrigados-a-assinar-carteira-dos-entregadores-diz-lula/>

O presidente Lula (PT) afirmou nesta segunda-feira 25 que não pretende fazer os aplicativos assinarem a carteira profissional de pessoas que trabalham por meio das plataformas. A afirmação foi à imprensa após a visita do primeiro-ministro do Vietnã, Pham Minh Chinh, no Palácio Itamaraty.

“Pessoas que trabalham em plataformas, muitos meninos que trabalham de bicicleta e motocicleta, muitas vezes, não têm banheiro para frequentar e tem o problema de falta d’água. Elas têm que ser tratadas com respeito. O que nós queremos é isso. Não é que nós queremos obrigá-lo a trabalhar com a carteira assinada”, disse.

Lula falou sobre o assunto ao lembrar do lançamento conjunto entre Brasil e Estados Unidos da parceria pela promoção global do trabalho digno, na semana passada, em Nova York.

Multa da Uber

As falas de Lula vêm em um momento onde tem crescido o debate sobre o reconhecimento de vínculo empregatício entre motoristas e os aplicativos.

Neste mês, o juiz do trabalho Maurício Pereira Simões, da 4ª Vara do Trabalho de São Paulo, determinou que a Uber registre, em até 6 meses, a carteira de trabalho de todos os profissionais ativos.

Além disso, a Uber foi condenada a pagar 1 bilhão de reais em danos morais coletivos. Em nota, a Uber disse que irá recorrer da decisão e não adotará as medidas determinadas “antes que todos os recursos cabíveis sejam esgotados”.

Data da notícia: **25/09/2023**

Título: Bancada ruralista se reúne por ofensiva contra decisão do STF sobre marco temporal

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bancada-ruralista-se-reune-por-ofensiva-contra-decisao-do-stf-sobre-marco-temporal/>

A bancada do agronegócio avalia um pacote de medidas para reagir à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que derrubou o marco temporal na demarcação de terras indígenas.

A ofensiva deve incluir reuniões com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de obstrução de votações e do apoio ao andamento de uma PEC para encarecer indenizações a ruralistas.

As possibilidades serão debatidas nesta segunda-feira (25), em reunião da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) para definir a estratégia. O grupo, no entanto, já se movimenta para atrair o apoio de outras bancadas influentes no Congresso e robustecer a resposta do Legislativo.

Segundo o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR), as bancadas da segurança pública, evangélica e católica indicaram que irão aderir ao movimento. O ponto comum é o diagnóstico de que há “invasão de competência” do Legislativo, diz ele.

“Não dá para ficar assim. Ou seja, cada assunto que chegar ao Congresso, temos de ir negociar com o STF. Não são eles que dizem o que podemos votar. Nós que temos de fazer nosso papel e legislar”, afirmou o deputado.

É esse o ponto que deve ser levado aos presidentes das Casas.

No radar da FPA, está ainda a obstrução de votações e o resgate da PEC 132, que estava parada desde 2016 e fala sobre regras de indenização a ruralistas.

Pela proposta, as demarcações resultariam em pagamentos maiores aos proprietários de terras.

Data da notícia: **26/09/2023**

Título: Moraes vota para condenar mais 5 réus dos atos golpistas e propõe penas de 12 a 17 anos de prisão

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/26/moraes-5-reus-atos-golpistas.ghtml>

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta terça-feira (26) a favor da condenação de mais cinco réus acusados de executarem os atos golpistas do dia 8 de janeiro.

As ações penais estão sendo julgadas de forma individual no plenário virtual da Corte. Os demais ministros podem inserir seus votos no sistema até 2 de outubro.

Alexandre de Moraes propôs penas que variam de 12 anos a 17 anos. O voto do relator é a favor da condenação pelos crimes de:

- abolição do Estado Democrático de Direito;
- dano qualificado;
- golpe de Estado;
- deterioração do patrimônio tombado;
- associação criminosa.

O ministro fez um voto individual para cada um dos acusados. Nos votos, Moraes afirmou que a "resposta estatal não pode falhar quanto à observância da necessária proporcionalidade na fixação das reprimendas".

"Como já assinalado, a motivação para a condutas criminosas visava o completo rompimento da ordem constitucional, mediante a prática de atos violentos, em absoluto desrespeito ao Estado Democrático de Direito, às Instituições e ao patrimônio público."

Imagens nas redes sociais

Moraes citou ainda o fato de os investigados terem compartilhado imagens dos ataques golpistas, nas redes sociais.

"Mais estarrecedora é a quantidade de vídeos e imagens postadas em redes sociais por inúmeros criminosos que se vangloriavam deste enfrentamento e reiteravam a necessidade de golpe de Estado com a intervenção militar e a derrubada do governo democraticamente eleito", escreveu.

O ministro ressaltou também a definição do plenário no julgamento anterior, que condenou três investigados. Segundo Moraes, a Corte definiu que os atos antidemocráticos aconteceram por meio de uma associação criminosa e no contexto de crimes de multidão.

Os réus

- **Davis Baek**

Baek tem 41 anos, é morador de São Paulo e foi preso na Praça dos Três Poderes. A polícia registrou que ele foi preso portando dois rojões não disparados, munições de gás lacrimogêneo, balas de borracha, uma faca e dois canivetes.

O réu disse que é cristão e que estava no acampamento montado em frente ao QG do Exército, em Brasília. Ele é considerado executor e incitador dos atos golpistas.

A defesa pediu a absolvição dele, já que as testemunhas ouvidas pelo STF constatam que ele "não praticou qualquer conduta relacionado à grave ameaça e nem mesmo praticou qualquer ato de violência", como também não há menções a destruição de patrimônio público.

Moraes propôs pena de 12 anos, com a absolvição de Baek nas acusações de dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado. Ele continua preso.

- **João Lucas Valle Giffoni**

Giffoni tem 26 anos, é morador de área nobre de Brasília e foi preso após invasão do Congresso. É acusado de participar de um grupo que invadiu o Congresso para depredar as instalações, quebrando vidraças, móveis, computadores, obras de arte e câmeras de circuito fechado de TV.

No interrogatório, Giffoni disse que participava de uma manifestação pacífica, que achava que seria uma ação patriota e que não praticou violência.

Ele afirmou ainda que ingressou no Senado para se proteger de bombas lançadas pela polícia e que, por lá, tinham pessoas cantando e orando. Giffoni também disse que não tinha intenção de dar golpe ou depor o governo eleito, já que não possui preferência político-partidária. A defesa pede absolvição.

Para ele, Moraes propôs pena de 14 anos.

- **Jupira Silvana da Cruz Rodrigues**

Jupira tem 57 anos, é servidora pública aposentada e moradora de Betim (MG). Ela foi presa no interior do Palácio do Planalto. A Polícia Federal (PF) encontrou material genético dela em uma garrafa esquecida no local.

A defesa pede a absolvição. Os advogados dizem que ela não participou de qualquer destruição ou depredação, sendo que nada foi apreendido com ela. Afirmam ainda que a PGR não conseguiu comprovar a participação dela nos crimes denunciados.

Moraes propôs pena de 14 anos para a investigada.

- **Moacir José dos Santos**

Santos tem 52 anos, é de Cascavel (PR) e foi preso após invasão do Palácio do Planalto. A PF encontrou material genético dele em objetos no Planalto, além de vídeos e fotos da destruição no celular dele.

Ele contou que foi a Brasília em um ônibus fretado com mais de 60 pessoas e que buscava um Brasil melhor, sendo defensor das escrituras sagrada.

A defesa alega que ele só entrou no Planalto por instinto e para se proteger de bombas lançadas pela PM, sendo que os próprios policiais acenavam para que os manifestantes entrassem no prédio.

Além disso, a defesa pede a absolvição, já que ele não cometeu nenhum fato delituoso, não se associou a ninguém e nem estava armado.

No entanto, Moraes propôs pena de 17 anos para o acusado.

- **Nilma Lacerda Alves**

Nilma tem 47 anos, é moradora de Barreiras (BA) e foi presa no Palácio do Planalto. A PGR diz que ela integrou um grupo que destruiu obras de arte e bens públicos no Planalto.

A defesa afirma que "não há provas que sustentam as alegações trazidas no processo, sequer indícios contundentes foram juntados". Os advogados dizem ainda que, até o momento, não foi indicada uma conduta específica da denunciada, devendo o "presente processo ser imediatamente arquivado".

Moraes propôs pena de 14 anos.

- **Reginaldo Carlos Beagiato Garcia**

Também estava previsto o julgamento do réu, mas o caso dele foi retirado da análise no plenário virtual.

Análise

Até agora, o Supremo já condenou três réus pelos ataques às sedes dos Três Poderes. A maioria dos ministros entendeu que houve uma clara intenção por parte de uma multidão de tomada ilícita de poder, com uso de meios violentos para derrubar um governo democraticamente eleito.

Aécio Lúcio Costa e Matheus Lima de Carvalho foram condenados a 17 anos de prisão. Já Thiago Mathar foi condenado a 14 anos de prisão — a diferença se dá porque os ministros entenderam que ele não incitou os ataques durante a invasão.

A maioria da Corte também afirmou que os ataques configuraram o chamado crime de multidão, quando um grupo comete uma série de crimes, sendo que um influencia a conduta do outro, num efeito manada. Com isso, todos precisam responder pelo resultado dos crimes.

A maioria dos réus já está solta, usa tornozeleira eletrônica e cumpre restrições, como não poder acessar redes sociais.

Data da notícia: **26/09/2023**

Título: Incêndios e tiros deixam comunidade quilombola 'sitiada' após receber decisão favorável na Justiça

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/26/incendios-e-tiros-deixam-comunidade-quilombola-sitiada-apos-receber-decisao-favoravel-na-justica>

A vegetação que cerca as casas de algumas das 50 famílias que vivem no Território Quilombola Rio Preto, na cidade de Lagoa do Tocantins (TO), foi incendiada. Dias depois, no último sábado (23), quatro disparos de arma de fogo vindos de um carro assustaram a comunidade. Nas primeiras horas de segunda (25), a palha que cobre uma residência foi também incendiada. Graças ao latido de um cachorro, moradores conseguiram apagar o fogo antes que se alastrasse.

Os ataques à comunidade quilombola se intensificaram depois que, no último 8 de setembro, a juíza Aline Iglesias do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJ-SP) revogou a reintegração de posse a que as famílias eram alvo. O pedido negado havia sido feito por Cristiano Rodrigues de Sousa - político que tentou se eleger vice-prefeito da cidade pelo MDB em 2020 - e pela empresa Lagoa Dourada Participações e Serviços S/C Ltda.

“Estão tacando fogo próximo às casas para o fogo espalhar e queimar as casas. Então a comunidade tem que ficar migrando de um lado para o outro para conter os focos de incêndio”, descreve a quilombola Antônia*, moradora de Rio Preto.

“A comunidade neste momento está muito vulnerável, tanto psicologicamente quanto em relação à parte alimentar”, descreve Antônia, ao explicar que os moradores estão com medo de ir até as roças trabalhar na terra. “Se não planta, não come. Então o pedido de socorro é esse”, alerta.

Maryellen Crisóstomo, da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (Coeqto), ressalta que “sem segurança para circular e impossibilitadas de cuidar dos plantios, as famílias estão sitiadas dentro de seu próprio território”.

A juíza determinou, ainda, que os autores de ambos os processos “abstenham-se da prática de esbulho possessório” - perda da posse por motivo de violência - “diretamente ou por intermédio de seus representantes”, sob pena de multa diária de R\$1 mil.

O Brasil de Fato conversou com Cristiano de Sousa, que informou que não vai se manifestar no momento. Também pediu um posicionamento para a empresa Lagoa Dourada e, até o fechamento da matéria, não teve resposta. Caso qualquer um dos dois queira se posicionar, o texto será atualizado.

De 44 quilombos certificados, 6 avançam na titulação

De acordo Crisóstomo, “o território Rio Preto vem sofrendo uma onda de violência que tem se agravado nos últimos dias, mas tudo inicia a partir da grilagem de terra na área”.

Em 2018, a Justiça havia dado um parecer favorável ao político do MDB e à empresa que reivindica a área que é, segundo seus moradores, de ocupação tradicional há cerca de um século. A expulsão dos quilombolas foi evitada temporariamente pela suspensão de despejos determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) enquanto a pandemia de covid-19 estava no auge.

Com a retomada dos dois processos, a juíza revogou o despejo com base em manifestações da Defensoria Pública, do Ministério Público Federal e da Secretaria Estadual de Povos Originários e Tradicionais do Governo do Tocantins.

Ainda no aguardo da titulação, o território tem desde 2014 o certificado de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares como comunidade tradicional quilombola.

No Tocantins, o Rio Preto é apenas um entre dezenas de quilombos que, apesar do reconhecimento da Fundação, vivem a vulnerabilidade da falta de regularização definitiva.

“No estado, temos atualmente 44 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Outras estão aguardando a liberação. Mas dessas 44, apenas seis estão com o processo de titulação avançada em algum grau”, expõe Maryellen. “Os povos quilombolas não integram o plano de desenvolvimento do Tocantins e, por isso, para nós resta a violência”, resume.

** O nome foi alterado para preservação da fonte.*

Data da notícia: **26/09/2023**

Título: Metade do conteúdo de fóruns anônimos da internet, os 'chans', é sobre violentar mulheres

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/09/26/metade-do-conteudo-de-foruns-anonimos-da-internet-os-chans-e-sobre-violentar-mulheres.ghtml>

As postagens em grupos anônimos, os chamados "chans", que se notabilizam pelo ódio contra as mulheres, explodiram nos últimos dois anos: passaram de 19 por semana para 228 por hora.

Mais de 9,5 milhões de posts dentro de 10 "chans" e 47 grupos em aplicativos de mensagens foram analisados entre junho de 2021 e junho de 2023 na pesquisa "Misoginia e Violência contra mulheres na internet: um levantamento sobre fóruns anônimos", do Instituto Avon.

Quase metade (46%) do conteúdo mencionava alguma forma de violência contra meninas e mulheres. Quando as discussões eram sobre pornografia, esse número saltava para 69%.

"Chans" é a abreviação de "channels", ou seja, canais. Esses espaços são anônimos (90% são encontrados na deep web) e têm como regra de ouro a proibição a presença de mulheres.

O domínio da norma culta da língua portuguesa também é usado como código de superioridade. Valendo-se do anonimato, os frequentadores organizam ataques online, tendo como alvos influenciadoras e celebridades.

Nos posts de canais e grupos analisados na pesquisa, foram encontrados mais de 18 mil comentários que pedem vazamento de nudes ou são fotos e vídeos vazados.

As mulheres são retratadas como objetos para satisfação sexual e chamadas de "depósito" de esperma. Outros termos comuns são "churrascar", que significa morrer, e "raid", que é expor intimidades de alguém.

Uma das mensagens diz: "Eu queria muito que ela se churrascasse com esse revólver fodido. Daria um ponto final a essa história. Já não aguento mais ver uma puta se safando só porque é mulher".

Outros comentam: "Se houve traição, você deve esfaqueá-la e matá-la lentamente", "Acho que a Júlia vai churrascar" e "Se mata, Júlia".

Mais uma regra desses grupos é não compartilhar conteúdos sobre pornografia infantil – só que esta não é respeitada. A pesquisa encontrou uma grande demanda dos usuários por conteúdos de meninas menores de idades, chamadas de "novinhas" e "jail bait", ou seja, "isca de cadeia".

Nos grupos de aplicativos de mensagens monitorados, 36% têm "vazamento" no próprio título, parte deles seguido pela palavra "novinhas".

Apesar de serem fóruns anônimos, a pesquisa conseguiu mapear pelas postagens um perfil dos frequentadores. E ele é bem claro: homens heterossexuais, a maioria jovens entre 20 e 24 anos, e que se identificam como conservadores.

São pessoas que "expressam grandes dificuldades socioafetivas, sentimentos de fracasso e rejeição, em especial em relação às mulheres". E, por isso, repetem posicionamentos misóginos, racistas, xenofóbicos e de incitação à violência – várias delas, até mesmo zoofilia.

E não param por aí: eles usam esses fóruns para organizar ataques, com exposições de intimidade e perseguição moral tanto na internet quanto fora dela. Algumas mulheres chegam a receber até ameaças de morte.

"Os espaços com debates sobre mulheres são marcados por ressentimento, raiva e objetificação", diz a pesquisa.

Os "chans" são, para esses homens, um espaço de sociabilidade, onde eles buscam outros que pensam da mesma forma. "Há muito confronto de opiniões, discordâncias e críticas, mas também muito acolhimento e compartilhamento de um mesmo ponto de vista", conclui o estudo.

Foram fóruns desse tipo que fomentaram ataques em escolas dos últimos anos, como o massacre de Realengo, em 2011, e o de Suzano, em 2019. Logo após o ataque, comemorações e mensagens que atribuíam heroísmo à barbárie pipocaram nos posts.

Mas, além de os fóruns na deep web se popularizarem a cada ano, multiplicando o engajamento, essa "cultura do chans" também tem saído da obscuridade e se tornado mais acessível, em plataformas sem anonimato.

A pesquisa constatou o uso de termos antes ditos só dentro dos grupos, como "jail bait" e "depósito", em redes abertas, como o Twitter e o YouTube. O número de menções de palavras do tipo triplicou entre junho e julho deste ano.

Data da notícia: **27/09/2023**

Título: Ruralistas desafiam STF e votam marco temporal 'turbinado' no Senado

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/27/ruralistas-desafiam-stf-e-votam-marco-temporal-turbinado-no-senado>

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado vota na manhã desta quarta-feira (27) o Projeto de Lei (PL) 2903/2023, que estabelece o marco temporal das terras indígenas. Na tarde do mesmo dia, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa pontos que ficaram de fora da análise da tese jurídica, como a indenização a fazendeiros.

Por meio do PL 2903, senadores ruralistas propõem não apenas implementar o marco temporal derrubado pelo STF, mas também legitimar invasões de terras indígenas ao disponibilizá-las, sem consulta prévia aos moradores, ao agronegócio e a grandes empreendimentos, como hidrelétricas, mineração, rodovias e ferrovias.

Entre os retrocessos mais explícitos nos direitos indígenas previstos pelo PL 2903, está o trecho que diz que “não haverá qualquer limitação de uso e gozo aos não indígenas” que ocuparem territórios indígenas “antes de concluído o processo demarcatório”.

Quem avançar sobre terras indígenas terá “garantida sua permanência na área objeto de demarcação”. O texto considera todas as construções erguidas na área a ser demarcada como “de boa fé” e, portanto, passíveis de indenização.

"Salada de frutas" de retrocessos

Lideranças indígenas ouvidas pelo Brasil de Fato afirmam que a bancada ruralista afronta o STF ao defender o marco temporal, que teve sua inconstitucionalidade reconhecida pela Corte.

Indígenas preveem que o projeto seja aprovado no Senado, em função do apoio massivo que ele recebeu do agronegócio. Após passar pela CCJ, a matéria vai à votação no plenário da Casa, antes de seguir para sanção presidencial.

“Eu vejo o PL 2903 como uma saladinha de frutas. Pegaram todas as matérias que colocam em risco as vidas dos povos indígenas e colocaram para tramitar sem discussão. Esperamos que o presidente Lula não sancione”, afirmou Eliane Xunakalo, presidenta da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT).

Por eliminar a necessidade de consulta prévia aos povos originários, a FEPOIMT teme que o PL 2903 viabilize, a toque de caixa, a construção da Ferrogrão, um corredor ferroviário que fará o transporte de milho e soja entre Sinop (MT) e Itaituba (PA), com o objetivo de potencializar a exportação de commodities agrícolas. A falta de consentimento dos povos originários é uma das irregularidades que levou o Supremo a suspender a construção.

Apensados do PL 2903 reúnem retrocessos

O PL 2903 é a numeração no Senado do PL 490, aprovado pela Câmara em maio deste ano. Enquanto o texto base prevê a aplicação do marco temporal das terras indígenas, há mais de 10 projetos de lei apensados, ou seja, anexados à matéria original, que instituem retrocessos ainda mais graves do que a tese jurídica declarada inconstitucional pelo STF.

Entre as maiores preocupações do Conselho Indígena de Roraima (CIR) com os apensados, está a proposta de expropriar territórios dos indígenas “em razão da alteração dos traços culturais da comunidade ou por outros fatores ocasionados pelo decurso do tempo” e a proibição de ampliar terras indígenas. O estado tem 23 terras com pedidos de ampliação e outras quatro em processo de demarcação.

“O PL 2903 fere o direito dos povos indígenas à consulta livre, prévia e informada, prevista na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e confirmada pelo Brasil. Matamos a cobra quando o marco temporal foi derrubado no STF, mas agora precisamos matar os filhos dessa cobra”, afirmou o coordenador geral do CIR, em referência à tramitação da tese jurídica no Congresso.

Edinho lembrou que o PL impediria o reconhecimento oficial das comunidades do São Francisco e Kaxirimã, que ficaram de fora da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e das comunidades Lago da Praia, na região Murupu, e Arapué, na região Taiano, cuja demarcação “em ilhas” causam disputas por terra e acesso a recursos naturais.

Em Roraima, a aprovação travaria também a ampliação das terras Araçá, Ponta da Serra, Aningal, Anaro e Serra da Moça, que tiveram territórios excluídos no processo de demarcação original.

Ruralistas enfrentam STF

A bancada ruralista, a maior do Congresso Nacional, subiu o tom contra o STF após a Corte invalidar o marco temporal das terras indígenas e tem pressa para aprovar a tese jurídica inconstitucional.

Em entrevista coletiva na última semana, o líder da Frente Parlamentar Agrícola (FPA), deputado Pedro Lupion, afirmou que “não é mais possível aceitar a expansão das atribuições do Judiciário” e que o STF instituiu a “barbárie” no campo.

José Medeiros (PL-MT), senador bolsonarista e representante dos latifundiários, declarou que o Legislativo “vai reagir”. Ele prometeu que a bancada ruralista, a maior do Congresso, decidiu paralisar votações até que o marco temporal seja aprovado na Casa.

Em outra frente de atuação para emplacar o marco temporal, o senador Dr. Hiran (PP-RR) protocolou nesta sexta-feira (22) uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que pede a instituição do marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

O texto considera o dia da promulgação da Constituição - 5 de outubro de 1988 - como baliza para a garantia do direito à terra: apenas povos que estivessem no território naquele momento teriam direito à demarcação.

AGU diz que PL 2903 é inconstitucional

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e do Meio Ambiente, Marina Silva, se reuniram com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para buscar apoio do presidente da Casa contra os projetos de lei apensados. Um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) em resposta à pasta dos Povos Indígenas apontou inconstitucionalidades sobre o PL 2903.

“Dada a firmeza com que deliberou o Constituinte conduzir a questão relativa à demarcação das terras indígenas, deve-se ter em mente que qualquer proposta legislativa atinente ao ponto deve se pautar pela mesma busca de celeridade e eficiência determinadas pela Carta Cidadã. A proposta legislativa em exame [PL 2903], todavia, estabeleceu condições dissonantes do texto constitucional sobre processo demarcatório, seguindo em direção oposta a tais comandos”, escreveu a AGU.

Quem tem a última palavra, STF ou Congresso?

Mas quem tem legitimidade para definir a aplicação do marco temporal: Congresso ou STF? O Brasil de Fato já consultou especialistas na área jurídica para esclarecer a questão.

"Embora existam vários atores buscando regulamentar o tema, a prerrogativa de interpretação da Constituição Federal é do Supremo, assim como a modulação de seus entendimentos", disse Nicolas Nascimento, advogado e assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

"O Judiciário tem legitimidade para derrubar uma lei que contrarie o direito, como no caso do marco temporal, sem que isso signifique desarmonia entre os poderes da República", concordou o advogado, mestre em antropologia e doutorando na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Felipe Jucá.

"O mesmo assunto discutido em diferentes poderes causa a tensão que estamos observando. E caso o Legislativo finalmente aprove o marco temporal, nada impede que essa nova lei também seja judicializada", explicou Jucá, que também é pesquisador ligado ao projeto Nova Cartografia Social na Amazônia.

Data da notícia: **27/09/2023**

Título: CPI do MST acaba com derrota de Salles e escancara 'fracasso da extrema direita'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/27/cpi-do-mst-acaba-com-derrota-de-salles-e-escancara-fracasso-da-extrema-direita>

O fim da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confirmada nesta quarta-feira (27), confirmou, também, o fracasso da extrema direita bolsonarista na Câmara dos Deputados, em especial, do relator da comissão, Ricardo Salles (PL-SP).

Ex-ministro do Meio Ambiente durante a presidência de Jair Bolsonaro (PL), Salles encarou o espaço na comissão como uma extensão de seu gabinete na pasta. Durante os 130 dias

da CPI, resgatou dados e informações de sua época à frente do Ministério e insistiu na criminalização do MST, movimento com quem sempre antagonizou.

Essa, que foi a quinta CPI organizada para investigar o MST, se tornou na grande aposta do bolsonarismo para o primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A linha de frente da extrema direita passou a compor a comissão. Para a presidência e relatoria, Zucco (Republicanos-RS) e Salles. Entre os integrantes, Zé Trovão (PL-SC), Evair de Mello (PP-ES), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Delegado Éder Mauro (PL-PA), Caroline de Toni (PL-SC), entre outros.

O cenário era perfeito para que Ricardo Salles alavancasse seu principal objetivo pós-Bolsonaro: viabilizar sua candidatura à Prefeitura de São Paulo em 2024. O ex-ministro enfrenta o ceticismo do PL, seu partido, sobre as possibilidades de sua vitória e a vontade do ex-presidente em estreitar a relação com o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB).

O tiro, portanto, pode ter saído pela culatra. "Com certeza o Salles tentou usar a CPI para alavancar a candidatura dele, para que ele aparecesse na mídia e tivesse o nome dele circulando mais, para que outras pessoas dos meios político e empresarial o vissem. Mas não funcionou, não apenas porque a candidatura não foi pra frente, mas porque na CPI ele foi uma figura apagada", afirmou Camila Rocha, cientista política e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

Para o cientista político Rudá Ricci, a candidatura de Salles pode ter ficado pelo caminho, com a perda de visibilidade da comissão. "Toda CPI é um palanque. Ocorre que com o fracasso da extrema direita, a CPI foi se confinando como tema da bolha progressista. Até mesmo a grande imprensa deixou de destacar como pauta quente, a não ser para revelar a fragilidade da bancada extremista e ruralista."

A baixa adesão à CPI, na opinião pública, refletiu também no resultado final da comissão. "Eles não conseguiram criminalizar o MST na opinião pública. Na verdade, eles acabam falando para convertidos. Se muito, eles só acentuaram a percepção que essas pessoas já tem. Eu destacaria apenas a atuação do Kim, que talvez tenha conseguido disseminar para mais pessoas essas ideias. Ainda assim, no geral, eles só reforçaram uma ideia que já estava presente nas audiências deles."

"O bolsonarismo saiu chamuscado", sentencia Ricci. "Ninguém esperava este sucesso do MST que, aliás, perdeu muito espaço nos últimos anos em virtude do Programa Bolsa Família ter retirado parte da base social das ocupações. O MST ressurgiu no cenário político como

grande produtor coletivo, que defende a agroecologia e mantém um ideário à esquerda e popular. Mudou o perfil e se adaptou ao novo século, além de se adaptar ao lulismo. Não poderia ser melhor para esta organização."

Data da notícia: **27/09/2023**

Título: Senado afronta STF e aprova PL do Marco Temporal

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/27/senado-afronta-stf-e-aprova-pl-do-marco-temporal>

Uma semana após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar ilegal a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, o plenário do Senado aprovou na noite desta quarta-feira (27) por 43 votos a 21 o projeto de Lei que estabelece um marco temporal "turbinado".

O texto estabelece que só podem ser demarcadas terras indígenas que estavam ocupadas até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, além de prever outros pontos polêmicos, como a retomada de terras indígenas em caso de mudanças culturais destes povos e a plantação de transgênicos nas áreas demarcadas.

Ao longo da votação, parlamentares da base governista alertaram que a proposta é inconstitucional por, dentre outros motivos, tentar mudar um entendimento do Supremo Tribunal Federal por meio de um projeto de lei. Até mesmo o relator do projeto na Casa, senador Marcos Rogério (PL-RO), admitiu que alguns trechos mais polêmicos deverão ser vetados pelo presidente da República.

A votação ocorreu no mesmo dia que o Supremo Tribunal Federal estava concluindo o julgamento sobre o marco temporal e definindo detalhes sobre a matéria, como as eventuais indenizações de pessoas que receberam terras de boa-fé.

"Por óbvio, presidente essa matéria será levada ao veto do presidente da República. Mesmo que os vetos sejam derrubados, por óbvio, será acionada a Suprema Corte", afirmou o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O senador Alessandro Vieira (MDB-CE) ainda criticou os discursos dos senadores que alegaram que algumas cidades

poderiam até desaparecer caso seja mantido o entendimento do Supremo Tribunal Federal contra o marco temporal.

"O cidadão brasileiro que está amedrontado com as narrativas de que cidades vão desaparecer está sendo enganado", afirmou, reforçando ainda que não é possível mudar o entendimento do plenário do Supremo por meio de um projeto de lei. "Qualquer criança sabe que não é possível, por projeto de lei, rever uma decisão dessa natureza", disse.

"Preservado o núcleo central, existem pontos aqui que são escolha de governo", admitiu o relator Marcos Rogério (PL-RO).

Antes da votação, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, declarou que a votação do texto na Casa não representa um "enfrentamento" ao tribunal e classificou o movimento do Congresso como "muito natural". Ele ainda afirmou que, desde que o projeto chegou da Câmara, ele deu encaminhamento da tramitação da proposta nas comissões. "Não houve da nossa parte nenhum açodamento para que o projeto fosse levado ao plenário", afirmou Pacheco.

O texto foi aprovado pela Comissão de Constituição de Justiça nesta quarta e enviado para o plenário que, no mesmo dia, aprovou um requerimento de urgência e votou a proposta.

Para Bruno Taitson, analista de políticas públicas da WWF Brasil, porém, a tramitação foi muito acelerada e sem considerar a importância do tema que merecia ser discutido em outras comissões também. "Trata-se de um PL que tem impacto direto sobre questões de Direitos Humanos e ambientais. No entanto, quem decidiu foi a Comissão de Agricultura e a CCJ, sendo que houve apenas uma audiência pública na Comissão de Agricultura, que aconteceu no mesmo dia da votação. Foi uma tramitação açodada que não condiz com a importância do tema", afirma.

Data da notícia: **28/09/2023**

Título: 'Nem presa, nem morta': milhares protestam pela legalização do aborto em SP

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/28/nem-presas-nem-mortas-milhares-protestam-pela-legalizacao-do-aborto-em-sp>

Tradicional palco de protestos na maior cidade do país, a Avenida Paulista, na região central de São Paulo, recebeu no fim da tarde desta quinta-feira (28) manifestantes que, com lenços verdes e cartazes, marcaram o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Legalização do Aborto.

A manifestação em São Paulo se somou a pelo menos outras 20 em diversas cidades do Brasil, e acontece quando o tema ganha ainda maior destaque no debate público. Com um voto favorável da ministra Rosa Weber na última sexta-feira (22), o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar a descriminalização do aborto durante as 12 primeiras semanas de gestação.

O julgamento foi paralisado temporariamente para que siga em plenário físico, mas ainda não há data marcada para a retomada. Se a posição da ministra formar maioria, o Brasil vai se juntar a outros oito países da América Latina que permitem que o aborto seja realizado em qualquer circunstância, desde que feito até determinado período de gravidez.

"A gente sabe que essa criminalização, de certa forma, só ataca as mãos mais vulneráveis, e as mais pobres. É fundamental, agora que o tema está tramitando, que seja descriminalizado e que a gente consiga de fato ter nossos direitos", disse Débora Lima, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e presidenta estadual do PSOL-SP.

Sob um frio repentino, o ato começou a caminhada com fumaças verdes, cor que o movimento feminista argentino transbordou para a América Latina como símbolo da luta pela legalização do aborto. "Legaliza! O corpo é nosso! É nossa escolha! É pela vida das que gestam" e "criança não trabalha, criança não é mãe" foram alguns dos gritos de ordem entoadas até a manifestação chegar na praça Roosevelt, na região central da capital paulista.

Integrante da juventude do movimento Católicas pelo Direito de Decidir, Jéssica Lena afirmou que "é um direito de escolha, e até Maria foi consultada para ser mãe de Jesus. Essa parte conservadora da igreja, que se diz pró-vida, não se importa com as mulheres que morrem nos abortos clandestinos ou as que escolhem ter essa gestação e morrem por falta de pré-natal e falta de acompanhamento. Na Bíblia não tem nada sobre aborto, isso é uma questão política".

Atualmente, o aborto é legal no Brasil em apenas três casos: quando a gravidez é decorrente de estupro, a vida da gestante corre risco ou o feto tem diagnóstico de anencefalia. O fato de

o aborto ser ilegal na maioria das situações, no entanto, não impede a sua prática. De acordo com o Instituto Anis, a cada ano cerca de um milhão de gestações são descontinuadas no país.

"É um direito das mulheres pelo controle do seu próprio corpo e além disso, é uma questão de saúde pública. As mulheres morrem porque não conseguem acessar os seus direitos", resumiu Vera Soares, integrante da Frente Estadual contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto de SP.

"Mais que isso, as meninas: meninas que sofreram estupro, muitas vezes dentro de casa, pelo fato da criminalização não acessam seu direito", alerta.

Data da notícia: **29/09/2023**

Título: Lideranças indígenas denunciam 'sérias violações' e pedem veto de Lula ao PL do Marco Temporal

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br/>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/liderancas-indigenas-denunciam-serias-violacoes-e-pedem-veto-de-lula-ao-pl-do-marco-temporal/>

Lideranças indígenas e entidades socioambientais pediram que o presidente Lula vete o projeto de lei do Marco Temporal, aprovado pelo Senado nesta semana. A carta foi entregue ao chefe da missão brasileira na ONU durante participação em evento na Suíça para denunciar as violações dos direitos indígenas.

O Projeto de Lei 2903/2023 propõe que os indígenas somente teriam direito às terras que estavam em sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Na semana passada, o STF declarou a tese inconstitucional em um julgamento com caráter de repercussão geral.

Na carta, as entidades afirmam que o projeto avalizado pelo Senado representa "flagrante inconstitucionalidade e atentado à democracia e à separação dos poderes, podendo impor, se promulgado, sérias violações de direitos fundamentais".

O texto lista outros retrocessos a partir da aprovação do PL, os quais levariam a danos ambientais irreparáveis e inviabilizariam os acordos internacionais firmados pelo Brasil nas

metas ambientais de 2030, como a dispensa de licença ambiental para atividades impactantes e a permissão para retirada de terras indígenas ao constatar “alteração de seus traços culturais”.

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (AP), avalia que Lula deverá vetar ao menos trechos do PL aprovado pelo Senado. “O presidente tem uma posição política clara em defesa dos direitos dos povos originários”, disse o parlamentar após a votação. “O Congresso vai ter que conseguir maioria absoluta lá na Câmara e aqui no Senado para derrubar o veto.”

Em resposta, a senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) afirmou que a retirada de trechos pode ser aceita, mas que o Senado agiria para derrubar um eventual veto integral ao projeto.

Data da notícia: **30/09/2023**

Título: ‘Se Deus quiser, no futuro voltaremos’, diz Bolsonaro em Fortaleza

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/se-deus-quiser-no-futuro-voltaremos-diz-bolsonaro-em-fortaleza/>

Em ato político no Ceará, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) prometeu voltar à disputa pela presidência, “se Deus quiser”.

Apesar de estar inelegível até 2030, por decisão unânime do Tribunal Superior Eleitoral, o ex-presidente permanece em rotina de viagens para destacar as candidaturas do PL na disputa das eleições municipais de 2024.

Nos últimos meses, Bolsonaro esteve no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Na capital cearense, acompanhado por uma multidão, Bolsonaro comentou a candidatura do deputado André Fernandes (PL-CE) para a prefeitura da capital e do deputado estadual Carmelo Neto.

“Os dois jovens, o Carmelo e o nosso André que representam a todos nós aqui em Fortaleza. A todos vocês, muito obrigado pela oportunidade. Obrigado meu Deus pela segunda vida e

pela missão de estar a frente do Executivo por quatro anos. Se Deus quiser, essa for a vontade dele, no futuro nós voltaremos”, discursou Bolsonaro.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também destacou, nas redes sociais, a recepção na cidade. “É impossível não se emocionar com a recepção a @jairbolsonaro em Fortaleza (CE). Não importa aonde esteja, uma multidão sempre está à sua espera”, escreveu o senador.